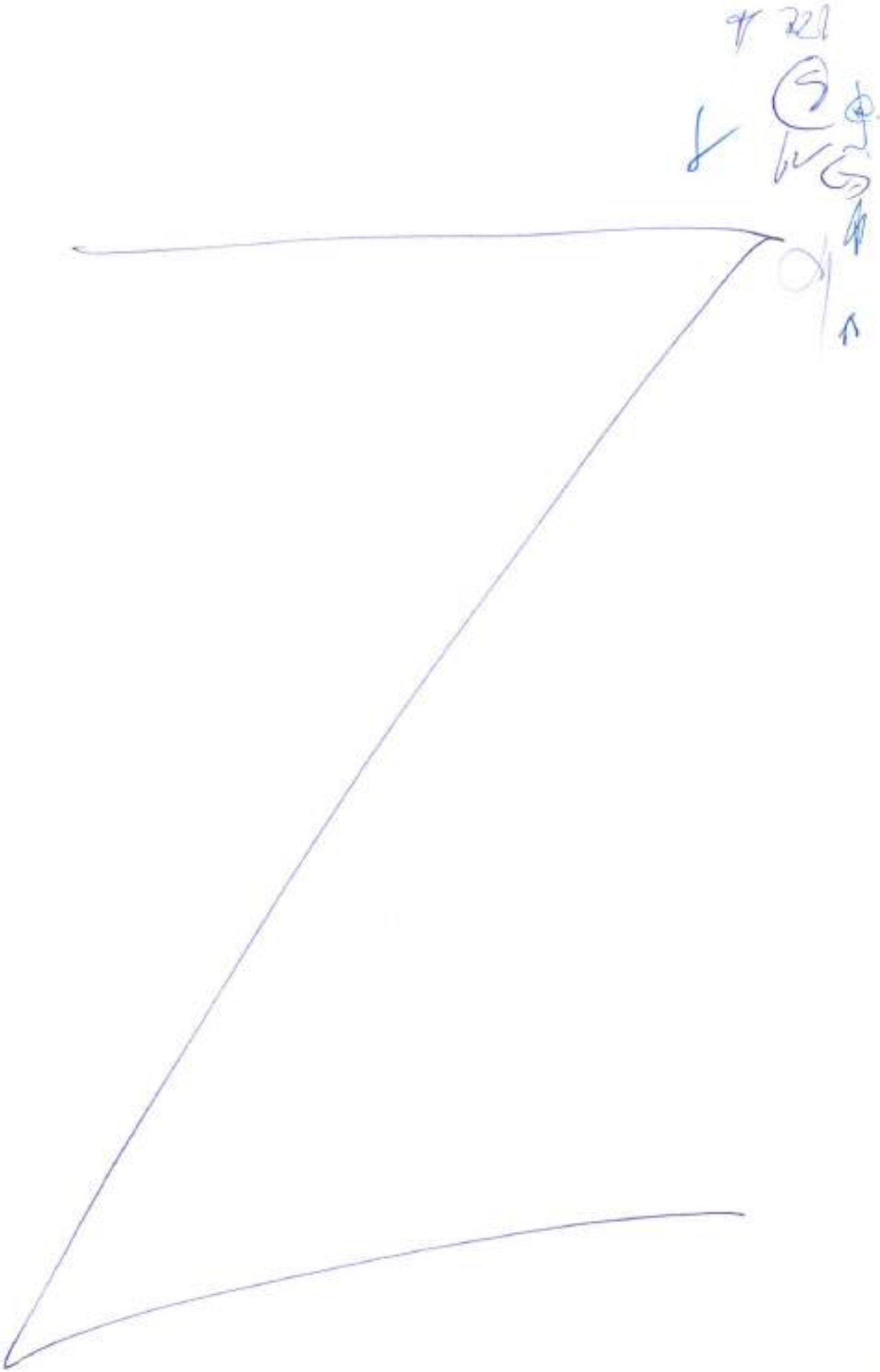
Relatório de Gestão, Balanço e Contas de 2020

Ader-Sousa

TERRAS DO SOUSA



ÍNDICE

1) - RELATÓRIO DE GESTÃO 6
1.1 – Introdução 6
1.2 – Objetivos e Programa da Qualidade 7
1.3 – Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC Rural | Terras do Sousa 2020 7
1.3.1 – Medida 10.2 do PDR 2020 (FEADER) 7
1.3.2 – SI2E e +CO3SO do NORTE2020 (FEDER e FSE) 14
1.4 – Acompanhamento de projetos terminados no âmbito do SP3-ProDeR 17
1.5 – Projectos concluidos em 2020 17
1.5.1 – Há Festa na Aldeia – Parceira para o Impacto (POISE-03-4639-FSE-000038) 17
1.6 – Projectos em execução 18
1.6.1 – Controlo e minimização de prejuízos da espécie invasora *Vespa velutina nigrithorax* na produção agrícola (PDR2020-101-032192) 18
1.6.2 – Parceria FMT e GAL – LEADER 2020 (PDR2020-2022-032992) 19
1.6.3 – Reforço da capacitação de actores e redes de promoção de acções de desenvolvimento (NORTE-09-5864-FSE-000017) 21
1.6.4 – Parceiros para a Criação Sistema de Certificação Participativa dos Circuitos Curtos Agroalimentares (PDR2020-2023-045948) 22
1.6.5 – Bio-região do Tâmega e Sousa (PDR2020-2024-055351) 23
1.6.6 – Divulgar BIO (PDR2020-2024-055332) 24
1.6.7 – Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável, em contexto de Alterações Climáticas – AFAVEL (PDR2020-2024-058090) 24
1.6.8 – Valorização, Dinamização e promoção turística da região: Acção 2 - Caminhos de Peregrinação (NORTE-06-3928-FEDER-000095) 25
1.6.9 – Gestão e Dinamização do Consórcio da EEC PROVERE "Turismo Para Todos" (NORTE-06-3928-FEDER-000096) 26
1.6.10 – TERRASAFe - Territórios sãos com agricultores familiares (PDR2020-103-053424) 26
1.6.11 – BIOECONOMIA: Cooperação para o uso sustentável dos recursos naturais locais e criação de emprego (PDR2020-103-053591) 27
1.7 – Candidaturas submetidas sem decisão 28
1.7.1 – EMERN-Q - Alta Densidade / Qualificação de Micro e Pequenos Negócios (NORTE-02-0853-FEDER-037626) 28
1.7.2 – R'LEIA - Rural, Local, Ecologia, Indústria e Agricultura (PDR2020-103-064716) 28
1.7.3 – 3C - Cooperação em circuitos curtos (PDR2020-103-064733) 29
1.7.4 – Caminho de Peregrinação – 2ª Fase (NORTE-06-3928-FEDER-000190) 30
1.8 – Candidaturas não aprovadas 31
1.8.1 – Boas práticas de desenvolvimento e coesão territorial em áreas de parque natural - Norte de Portugal / Moçambique - A candidatura PDR2020-103-053431) 31

1.9 – Outras Iniciativas 31
1.9.1 – Formação Interna 31
1.9.2 – Regadios 35
1.9.3 – PROVE – Promover e Vender 35
1.9.4 – Certificação do Bordado da Terra do Sousa 35
1.9.5 – Selo da Rota do Românico 35
1.9.6 – Valorização de produtos locais tradicionais 35
1.10 – Dívidas dos associados 38
1.11 – Situação económica e financeira 39
1.11.1 – Evolução da situação económica e financeira 39
1.11.2 – Comparação com o ano anterior 42
1.12 – Aplicação do resultado líquido do exercício económico 43
2) – BALANÇO E CONTAS 44
2.1 – Balanço 44
2.2 – Demonstração de resultados por natureza 45
2.3 – Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais 46
2.5 – Anexo às demonstrações financeiras 49

1) - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento do disposto nos estatutos, a Direcção submete à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, referentes ao exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2020.

1.1 – Introdução

Antes de começar com o relatório propriamente dito, há que referir que o ano de 2020 foi um ano de grandes dificuldades na realização do trabalho de forma normal em virtude da pandemia provocada pela Covid-19, o que, veio a influenciar de forma muito significativa o normal desenvolvimento das suas actividades, designadamente no acompanhamento dos projectos, impossibilitando visitas, seja em fase de análise, seja em fase de verificação de investimentos, assim como na execução dos diversos projectos de que a Ader-Sousa é beneficiária.

A actividade da Ader-Sousa em 2020, centrou-se na implementação do DLBC – Rural | Terras do Sousa 2020, designadamente fecho dos avisos de 2019, abertura de novos avisos e acompanhamento da execução dos projectos aprovados da Medida 10.2 do PDR2020; abertura e fecho do aviso +CO3SO do Norte2020, na submissão de duas candidaturas à operação da cooperação do PDR2020 e uma ao Norte2020, no âmbito do PROVERE Turismo para Todos e ainda na execução dos vários projectos que é promotora ou co-promotora.

É de destacar que caso a execução seja equivalente à aprovação, a Ader-Sousa está no bom caminho para concluir com mérito a implementação do DLBC Rural | Terras do Sousa 2020, pois na componente FEADER conseguiu um reforço da dotação superior a 550.000€, ou seja, mais 25% do que inicialmente previsto na EDL, uma vez que, para além da reserva de eficiência que lhe foi atribuída, também lhe foi permitido abrir avisos com mais 12% de dotação relativamente à EDL inicial adicionada da reserva de eficiência. De igual forma, no que se refere à componente FEDER conseguiu-se um reforço superior a 232.500€, ou seja, mais de 27% e do inicialmente previsto na EDL e, já em 2021, um reforço da componente FSE superior a 4.000.000€, ou seja, mais de 283%. No entanto, continua a ser muito difícil acompanhar a execução dos projectos destes dois últimos fundos, uma vez que a responsabilidade da Ader-Sousa termina após a contratação das candidaturas.

De realçar também a continuação do trabalho desenvolvido na valorização e promoção dos produtos locais, pois apesar de em 2020 não ter sido possível participar em feiras, continuamos a apoiar as entidades locais, designadamente produtores de milho com ensaio de variedades locais adaptadas à produção de broa, e a Confraria do Presunto e da Cebola do Vale do Sousa para a certificação da Cebola Garrafal.

Relativamente aos projectos de que é promotora ou co-promotora, durante 2020 foi mais difícil avançar com a sua execução, mas mesmo assim, consideramos que foi um ano positivo.

Em termos financeiros a realidade da Ader-Sousa mantém-se positiva, cifrando o seu resultado líquido nos 9.573,61€ no ano de 2020, contrastando com o resultado líquido anterior de 41.395,65€. Esta redução foi impulsionada pelo aumento do número de projetos de taxas de financiamento não totalitárias.

Também o não recebimento das quotas dos associados, contabilizadas em perdas por imparidade no valor de 21.004,67€, poderia elevar este resultado líquido, pelo que, em 2021 terá de ser feito um esforço acrescido para que estes valores sejam reduzidos.

1.2 – Objetivos e Programa da Qualidade

No ano de 2020 a Ader-Sousa foi mais uma vez auditada no contexto do Sistema de Gestão da Qualidade que tem implementado, tendo obtido mais uma vez a renovação da correspondente certificação já na norma ISO 9001:2015.

1.3 – Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC Rural | Terras do Sousa 2020

1.3.1 – Medida 10.2 do PDR 2020 (FEADER)

Durante 2020 procedeu-se à abertura de cinco novos anúncios, um na operação 10.2.1.2, dois da operação 10.2.1.4 e um na 10.2.1.6, todos em Janeiro. No quadro seguinte é possível observar as candidaturas recebidas em 2020 e o total acumulado desde o início do programa. Apesar da abertura do último aviso na operação 10.2.1.1 ter sido feita em 2019, a grande maioria das candidaturas foram recepcionadas em 2020.

Durante o ano de 2020 foram recebidas 33 candidaturas conforme apresentado no quadro seguinte.

Verifica-se que continua uma grande procura pela operação 10.2.1.1, ultrapassando a dotação solicitada a disponível na EDL. Por outro lado, relativamente às operações 10.2.1.2, 10.2.1.4 e 10.2.1.6 a procura mantém-se menor, mas constante.

				2020		Acumulado	
Anúncio / Período	Data Início	Data Fim	Dotação despesa pública (Mil euros)	Candidaturas apresentadas	Investimento (Mil euros)	Candidaturas apresentadas	Investimento (Mil euros)
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-001	2016/09/19	2016/11/30	275,00	0	0,00	10	330,04
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-001	2016/09/22	2016/12/31	275,00	0	0,00	3	544,16
PDR2020-ADER-SOUSA-10213-001	2016/09/22	2017/01/31	480,00	0	0,00	7	1 183,73
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-002	2018/04/09	2018/08/05	377,23	0	0,00	19	761,95
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-002	2018/04/09	2018/08/05	300,91	0	0,00	2	417,02
PDR2020-ADER-SOUSA-10213-002	2018/04/09	2018/08/05	457,18	0	0,00	16	3 589,22
PDR2020-ADER-SOUSA-10214-001	2018/04/09	2018/08/05	171,04	0	0,00	0	0,00
PDR2020-ADER-SOUSA-10215-001	2018/04/09	2018/08/05	171,04	0	0,00	0	0,00
PDR2020-ADER-SOUSA-10216-001	2018/04/09	2018/08/05	288,05	0	0,00	3	344,30
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-003	2019/04/08	2019/06/07	140,01	0	0,00	10	327,45
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-003	2019/04/08	2019/06/07	173,31	0	0,00	1	200,00
PDR2020-ADER-SOUSA-10213-004	2019/11/25	2020/01/24	122,71	0	0,00	10	222,17
PDR2020-ADER-SOUSA-10213-005	2019/11/25	2020/01/24	281,13	25	290,70	35	401,78
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-004	2020/01/20	2020/06/01	180,00	3	265,60	3	265,60
PDR2020-ADER-SOUSA-10214-002	2020/01/20	2020/06/01	10,00	0	0,00	0	0,00
PDR2020-ADER-SOUSA-10214-003	2020/01/20	2020/06/01	125,00	2	70,50	2	70,50
PDR2020-ADER-SOUSA-10216-002	2020/01/20	2020/06/01	166,54	3	264,90	3	264,90
TOTAL			3 907,16	33	891,70	129	8 837,82

No final do ano de 2020 todos os concursos fechados tinham a totalidade das candidaturas analisadas. Verificando-se uma taxa de aprovação de 85%, um aumento de 6% relativamente ao final de 2019.

Relativamente a desistências verifica-se que em pré-análise a taxa é de 4% (4 candidaturas), em pré-contratação é de 3% (3 candidaturas) e em pós-contratação é de 12% (8 candidaturas), ou seja, relativamente às candidaturas recebidas há uma taxa de desistência de 13%. Relativamente ao final do ano passado, verifica-se um acréscimo de 10% de desistências no pós-contratação e de 3% no global. Esta situação, pelo que podemos saber junto dos beneficiários, deveu-se à insegurança provocada pela pandemia.

Dos 13 avisos com projectos aprovados, verifica-se que 8 tinham a totalidade dos projectos com o contrato assinado, 1 com uma taxa de contratação de 90% (em virtude de não ser possível realizar a operação limpeza), e os restantes 4 com taxas de 57%, 53% e 0%, porque ainda aguardam as homologações. No final do ano a taxa de contratação estava nos 73%, verificando-se uma diminuição de 9% relativamente ao final de 2019.

Relativamente aos avisos que fecharam em 2020, das 35 candidaturas recepcionadas no aviso da operação 10.2.1.1, apenas 1 teve um parecer desfavorável. Das 3 candidaturas recepcionadas no aviso da operação 10.2.1.2, uma desistiu quando ainda decorria a análise, uma teve parecer favorável e a outra desfavorável. As 2 candidaturas recepcionadas no aviso aberto da operação 10.2.1.4 tiveram parecer favorável. Finalmente as 3 recepcionadas no aviso da operação 10.2.1.6, também tiveram parecer favorável. Assim, no final do ano não haviam candidaturas em fase de análise.

Durante o ano de 2020 foram assinados 20 contratos da operação 10.2.1.1, 2 da 20.1.2.2 e 3 da 10.2.1.3.

No quadro seguinte podem-se observar as taxas de análise, desistência, decisão, reprovação, sem dotação, aprovação, de contratação e homologação/controlo de qualidade, no final de 2020.

Avisos	Candidaturas apresentadas	Candidaturas recepcionadas em análise		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas após análise		Candidaturas decididas						Candidaturas decididas após decisão		Projetos contratados		Desistências (execução após contratação)		Candidaturas CQ / homologação	
								Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas									
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-001	10	1	10%	9	100%	0	0%	1	12%	0	0%	7	78%	1	14%	8	100%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-002	19	0	0%	19	100%	0	0%	1	16%	0	0%	15	84%	0	0%	15	100%	4	21%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-003	10	0	0%	10	100%	0	0%	1	10%	0	0%	8	80%	1	13%	4	57%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-004	23	0	0%	23	100%	0	0%	1	4%	0	0%	24	87%	0	0%	18	64%	1	4%	11	52%
PDR2020-ADER-SOUSA-10211-005	0	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-001	3	0	0%	3	100%	0	0%	1	33%	0	0%	2	67%	0	0%	2	100%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-002	2	0	0%	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%	2	100%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-003	3	0	0%	3	100%	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%	0	0%	3	100%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10212-004	3	1	33%	2	200%	0	0%	1	50%	0	0%	1	50%	0	0%	1	100%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10213-001	7	0	0%	7	100%	0	0%	1	14%	0	0%	6	86%	0	0%	6	100%	1	16%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10213-002	16	0	0%	16	100%	0	0%	0	0%	0	0%	11	69%	1	9%	9	90%	0	0%	1	9%
PDR2020-ADER-SOUSA-10214-001	0	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10214-002	0	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10214-003	2	0	0%	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
PDR2020-ADER-SOUSA-10216-001	0	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10216-002	0	2	67%	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%	1	100%	0	0%	0	0%
PDR2020-ADER-SOUSA-10216-003	0	0	0%	0	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
TOTAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Em termos de execução podemos referir que, durante 2020, ocorreram 8 desistências (mais 7 relativamente ao final de 2019) após a assinatura do contrato, e que se iniciaram 41 (mais 18 relativamente ao final de 2019), sendo que destes, 15 (mais 10 relativamente ao final de 2019) já estavam concluídos no final de 2020. A taxa de realização (dotação realizada/dotação contratada) encontrava-se nos 31% e a taxa de execução (dotação realizada/dotação na EDL) nos 20%, ou seja, ambas duplicaram relativamente a 2019.

No quadro seguinte podem-se observar os valores relativos a projectos contratados, a projectos que desistiram após contratação, a projectos iniciados, a projectos concluídos e a taxa de realização, de cada aviso.

Aviso	Projectos contratados				Desistências (projectos após contratação)				Realização (Projectos iniciados)				Projectos concluídos	Taxa de realização
	Nº	Investimento (euros)	Desp. Público (euros)	FEADER (euros)	Nº	Investimento (euros)	Desp. Público (euros)	FEADER (euros)	Nº	Investimento (euros)	Desp. Público (euros)	FEADER (euros)	Nº	%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-001	6	111,75	90,75	90,60	0	0,00	0,00	0,00	6	90,75	60,45	40,17	4	83%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-002	16	434,60	217,30	130,37	4	130,80	57,57	51,50	12	303,57	51,10	46,07	4	32%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-003	4	100,21	70,64	45,41	0	0,00	0,00	0,00	3	14,32	7,04	6,35	0	18%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-004	18	165,08	132,16	119,20	0	0,00	0,00	0,00	8	67,69	33,84	30,46	4	36%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-005	7	201,69	146,51	131,85	0	0,00	0,00	0,00	3	157,84	75,10	67,59	0	52%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-006	2	339,71	169,51	152,56	0	0,00	0,00	0,00	1	8,63	8,10	8,23	0	8%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.2.1-001	1	180,27	63,17	56,85	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.2.1-004	1	189,21	88,10	79,29	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-001	6	880,98	346,23	346,34	1	108,21	159,14	143,13	3	118,54	116,06	122,45	1	75%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.3-002	9	1 054,78	528,16	474,12	0	0,00	0,00	0,00	8	384,41	192,12	173,00	1	20%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-001	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-002	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.4-003	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.5-001	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.6-001	1	137,16	68,61	61,97	0	0,00	0,00	0,00	0	116,41	68,14	61,44	1	99%
POR2020-ADER-SOUSA-10.2.1.6-002	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0%
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Fazendo uma análise da Matriz de Enquadramento Lógico verificamos que, relativamente ao ano passado, houve uma evolução significativa e que, relativamente às metas para 2023, seis objectivos já foram alcançados ou ultrapassados. Dos restantes sete, quatro serão alcançados, mas os outros três dificilmente o serão, pois os projectos aprovados na operação 10.2.1.4 não preveem a criação de postos de trabalho e para além da perspectiva relativamente à operação 10.2.1.6 aquando da formalização da EDL era que esta iria permitir a recuperação de património privado em aldeias, à semelhança do que ocorreu no SP3-ProDeR, e na realidade isso não é possível, e os projectos submetidos têm um investimento superior ao que iria permitir apoiar os 14 previstos.

Comparativamente ao ano transacto verifica-se a consolidação dos resultados das operações 10.2.1.1, 10.1.2.2 e 10.2.1.3. Por outro lado, como alguns dos indicadores são relativos a empregos criados, e estando os projectos a iniciar-se neste momento, como é óbvio ainda não há resultados, mas se considerarmos o previsto para cada projecto, podemos verificar que mais dois indicadores alcançarão a meta estabelecida, já para não referir os postos de trabalho criados no âmbito da operação 10.2.1.1, que não estavam previstos, e a expectativa é que sejam criados 9.

Como a dotação da operação 10.2.1.5 foi transferida para reforçar a operação 10.2.1.4, em virtude da Associação de Criadores de Capão de Freamunde, entidade que gere a única IGP no território, não ter demonstrado interesse em apresentar uma candidatura, foram colocados a zero os respectivos indicadores.

Mapa de Acompanhamento Lógico											
Objectivo		Indicador	Tipo de indicador	Executado	Meta intercalar 2018	% indicador 2018	Meta 2023	% indicador 2019	Medida	% objectivo
A	Contribuir para a criação de emprego e de uma cultura empresarial de base local									
A1	Apoiar o Desenvolvimento da Pequena Agricultura	Nº Projetos apoiados	Realização	12	8	150%	40	150%	10.2.1.1	110%
		Nº Empregos criados	Resultado	0	0	0%	0	0%	10.2.1.2	
		Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	12	8	150%	40	150%	10.2.1.3	
A2	Apoiar o investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº Projetos apoiados	Realização	4	2	200%	8	200%	10.2.1.2	67%
		Nº Empregos criados	Resultado	0	2	0%	8	0%	10.2.1.2	
		Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	4	2	200%	8	200%	10.2.1.2	
A3	Fomentar a diversificação de atividades na exploração agrícola	Nº Projetos apoiados	Realização	12	3	400%	9	133%	10.2.1.3	88%
		Nº Empregos criados	Resultado	0	3	0%	9	0%	10.2.1.3	
		Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	12	3	400%	9	133%	10.2.1.3	
A4	Incentivar a criação de cadeias curtas e mercados locais	Nº Projetos apoiados	Realização	0	1	0%	3	0%	10.2.1.4	0%
		Nº Empregos criados	Resultado	0	1	0%	3	0%	10.2.1.4	
		Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	0	1	0%	3	0%	10.2.1.4	
B	Promover a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local									
B1	Promover os produtos locais de qualidade	Nº Projetos apoiados	Realização	0	0	0%	0	0%	10.2.1.5	0%
		Nº Empregos criados	Resultado	0	0	0%	0	0%	10.2.1.5	
		Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	0	0	0%	0	0%	10.2.1.5	
B2	Fomentar a preservação, conservação e valorização do património rural	Nº Projetos apoiados	Realização	1	5	20%	14	7%	10.2.1.6	7%
		Nº Empregos criados	Resultado	0	5		14		10.2.1.6	
		Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	1	5	20%	14	7%	10.2.1.6	

Apesar dos resultados atingidos continuamos a manter algumas das considerações feitas em relatórios anteriores, na expectativa que os mesmos erros não sejam cometidos agora que se estão a definir a estratégia e regras para o período de transição e próximo período de programação, ou seja:

- O programa não seguiu os princípios da metodologia LEADER, designadamente porque foi solicitada a elaboração de uma estratégia para um território e, independentemente dos desafios e objectivos definidos, tivemos que seguir a estrutura de operações pré-definida pela Autoridade de Gestão do PDR2020. Ou seja, estamos a implementar uma série de operações que ficam muito aquém do que consideramos necessário para o nosso território, havendo menor apetência das populações / agentes do território para as mesmas;
- A forma como está a ser implementado o plurifundos, ou seja, com duas autoridades de gestão, três plataformas de análise de candidaturas, mais uma de pagamento, e as diferentes regras para cada fundo, resultando em maiores dificuldades de compreensão das populações / agentes do território;
- Duas das plataformas não responderem às reais necessidades de gestão de um programa desta complexidade, sendo que ambas duplicam o trabalho, pois muitas das tarefas têm de ser realizadas externamente e depois repetidas na plataforma, o que para além aumentar as possibilidades de erro, limita o tempo que deve ser dedicado ao trabalho de terreno junto da população;
- A ainda estarmos a recuperar do atraso que ocorreu na publicação das portarias e dos templates dos anúncios, pois apesar de termos recuperado nas verbas aprovadas a execução ainda apresenta atrasos;

- A desadequação das regras definidas em portaria e que têm leitura ambígua, levantando a sérias dificuldades de interpretação, quer por parte dos beneficiários, quer por parte da equipe técnica, afectando seriamente a celeridade dos processos;
- A desadequação dos materiais de apoio à análise, quer em termos da forma quer em termos de custos de referência;
- A realização de controlos de qualidade e homologações, por vezes ao mesmo projecto, por parte do ST do PDR2020, a que, por vezes se segue o controlo de qualidade por parte do IFAP. Ou seja, um mesmo projecto pode passar por 4 análises consecutivas, implicando um desperdício tempo e de recursos injustificável. E reforça-se que nenhum destes projectos tem um apoio superior a 100.000€.

Tal como aconteceu no final de 2019, contrariamente ao previsto no relatório desse ano, e igualmente por motivos do reforço da dotação da EDL (overbooking), não foi possível atingir a meta dos 100% de aprovação, ficando pelos 79%. O reforço financeiro da EDL através de overbooking permitiu a abertura de mais um aviso da operação 10.2.1.1 no final do ano e à abertura no início de 2021 de um novo aviso à operação 10.2.1.6. É de referir que a dotação do DLBC Terras do Sousa 2020 teve um aumento de 25% ao inicial, fruto do trabalho da Ader-Sousa que possibilitou o acesso à reserva de eficiência em 2019 e ao overbooking em 2020.

Durante 2021 pretende-se comprometer a dotação resultante do overbooking atribuído à Ader-Sousa e continuar a aumentar as taxas de execução e realização.

Durante o ano de 2020 a Ader-Sousa teve cinco projectos que foram objecto de controlo de qualidade, sendo que dois estavam conformes e os restantes três tiveram pequenas falhas na razoabilidade de custos e falta de documento, conforme se explicita de seguida:

- PDR2020-10211-056393 - Das questões levantadas inicialmente: razoabilidade de custos, elegibilidade de despesas e condicionantes, e posteriormente: coerência técnica; apenas foram reduzidas as despesas elegíveis porque não foi aceite que a produção de fruta fosse alimento para os capões, tendo o restante sido devidamente justificado e aceite conforme. Entretanto, o técnico analista também corrigiu a VGO por ter detectado um lapso.
- PDR2020-10211-61837 – Inicialmente foi considerado que haviam insuficiências na análise de custos e proveitos em virtude de anterior projecto no âmbito do PRODER e na análise de alguns investimentos. Estes últimos foram corrigidos, mas sobre a análise de custos e proveitos, para além de não termos acesso a essa informação, só teriam razão de ser se esses investimentos tivessem sido considerados elegíveis na candidatura ao PRODER, o que não aconteceu.
- PDR2020-10211-061820 – Inicialmente foi considerado que haviam insuficiências sobre a coerência económica, mas tal não ocorria, pelo que foi dada como conforme.
- PDR2020-10212-064132 – Análise considerada conforme.

- PDR2020-10214-064073 – Inicialmente foi considerado que haviam insuficiências sobre a coerência financeira (orçamento actualizado das GOP), que entretanto foram entregues e a análise dada como conforme.

Também o ST do PDR2020, em fase de homologação, selecionou setes projectos, considerando que cinco tinham a análise conforme. Nos outros dois foi considerado que ocorreram falhas na razoabilidade dos custos, sendo que em ambos os casos os beneficiários optaram por não continuar com a contestação.

- PDR2020-10211-047782 – Este controlo teve início em 2019 tendo sido apenas concluído em outubro de 2020, em virtude da falta de resposta do ST. Inicialmente foi considerado que a operação não era elegível. Posteriormente que área de produção de maçã não justificava o tamanho do armazém, uma vez que não é necessário conservar tanto tempo a maçã, mas apenas num período após a colheita para manter as condições de venda, ou seja, apenas para 70% da produção, o que implicou uma redução no valor elegível de 36%.O beneficiário, em virtude de todo o atraso da situação optou por aceitar este valor.
- PDR2020-10211-061687 – Inicialmente foi considerado que haviam insuficiências relativamente a alguns investimentos, mas tal não ocorria, pelo que foi dada como conforme.
- PDR2020-10211-061827 – Análise considerada conforme.
- PDR2020-10212-064112 – Análise considerada conforme.
- PDR2020-10211-061837 – Análise considerada conforme.
- PDR2020-10211-061687 – Análise considerada conforme.
- PDR2020-10214-063967 – A questão levantada foi sobre a razoabilidade de custos em virtude de não considerarem que a totalidade das obras são de remodelação e assim que não pode ser aplicada a taxa de remodelação (25%) à totalidade da obra. Contestamos essa análise, que foi aceite em parte, e, juntamente com o beneficiário, considerou-se que não valeria a pena continuar a refutar aquela forma de análise, pelo que foi aceite a redução imposta.

Relativamente aos controlos de qualidade do IFAP que "vieram" de 2019 (32837 e 32476) cuja grande maioria das questões levantadas não se justificavam, foram resolvidos, tendo sido apenas necessário fazer algumas comunicações às finanças e IMPIC.

Os controlos de qualidade a pedidos de pagamento no presente ano levantados pelo IFAP há a referir:

- PDR2020-10213-047182 – foi dado como conforme.
- PDR2020-10211-061836 – foi dado como conforme.

Durante 2020 foram realizados inquéritos de satisfação dos beneficiários que submeteram candidaturas no âmbito dos avisos de 2019 e aos que têm projecto em execução, ou seja, que submeteram pedidos de pagamento no mesmo ano.

Os resultados foram analisados por operação.

Na operação 10.2.1.1, com uma taxa de resposta de 60% (bem acima dos 35% definidos pela Ader-Sousa), o inquérito teve um índice de satisfação de 78% (acima dos 65% mínimos definidos pela Ader-Sousa e acima dos 70% obtidos no questionário anterior), e mesmo a questão "3.2 – Tempo de comunicação da decisão" teve uma pontuação de 79%. Apenas a questão 3.1 – Período para candidaturas teve uma pontuação inferior (71%).

Na operação 10.2.1.2, com uma taxa de resposta de 100%, o inquérito teve um índice de satisfação de 100%, salvaguardando-se que apenas houve uma candidatura.

Na operação 10.2.1.3, com uma taxa de resposta de 69% (bem acima dos 35% definidos pela Ader-Sousa), o inquérito teve um índice de satisfação de 85% (acima dos 65% mínimos definidos pela Ader-Sousa e acima dos 65% obtidos no questionário anterior). Apesar de ter havido 2 "Mau" na questão "3.2 – Tempo de comunicação da decisão", esta obteve uma satisfação de 66%, assim como houve um "Mau" na questão "4 - Classifique a Ader-Sousa quanto a esclarecimentos solicitados", esta obteve uma satisfação de 89%. Em todos estes casos os beneficiários forma questionados sobre a razão da atribuição do "Mau", mas nunca obtivemos resposta.

No questionário relativo à Execução 2019, com uma taxa de resposta de 75% (bem acima dos 35% definidos pela Ader-Sousa), o inquérito teve um índice de satisfação de 87% (acima dos 65% mínimos definidos pela Ader-Sousa), sendo as pontuações menores obtidas (77%) mas questões 2.1 – Número de vistas realizadas e 2.2 Periodicidade das mesmas, o que é significativo do valor que é dado pelos beneficiários ao acompanhamento presencial e, em virtude do aumento da burocracia dos programas, que limita o tempo dos técnicos.

1.3.2 – SI2E e +CO3SO do NORTE2020 (FEDER e FSE)

Relativamente à execução do SI2E, e apesar do seu acompanhamento não ser da responsabilidade da Ader-Sousa, segundo dados da CCDR-N de 31/01/2021, verificamos que a execução ainda é baixa, principalmente no que se refere ao FSE.

No quadro seguinte pode-se observar o ponto de situação da execução por aviso, no final de 31/01/2021, porque não nos foram fornecidos dados do final do ano.

Avisos	FEDER						FSE					
	Investimento Aprovado (€)	Dotação Aprovada (€)	Investimento Executado (€)	Dotação Executada (€)	Taxa de Execução (%)	Dotação Paga* (€)	Dotação Aprovada (€)	Dotação Executada (€)	Taxa de Execução (%)	Postos de Trabalho Aprovados (N.º)	Postos de Trabalho Criados (N.º)	Dotação Paga
MA-2017-30	759 191	265 380	276 350	124 421	48%	110 313	110 391	5 233	5%	26	0	99
MA-2019-32	2 160 861	821 358	911 587	350 680	43%	333 436	987 398	21 348	4%	115	0	15 957
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Pelo que se observa, podemos concluir que esta forma de gestão de fundos não é a mais adequada, quer porque os avisos não são realizados tendo em consideração as realidades territoriais, nem a especificidade dos empreendedores, e após a contratação estes últimos ficam como que "abandonados", pois a Ader-Sousa deixa de ter contacto com os beneficiários porque a execução é "acompanhada" em gabinete pela CCDRn, com a agravante de que a análise das possíveis alterações ao projecto, desconhecendo muitas vezes como está a decorrer a execução, é novamente realizada pela Ader-Sousa.

O +CO3SO, e conforme indicado no relatório de 2019, este foi criado para se aplicarem as verbas FSE sobrantes. Assim, em Julho de 2020 foram lançados 2 avisos do +CO3SO Emprego (Urbano e Empreendedorismo Social), com 2 fases, a 1ª até 16 de Setembro e a 2ª até 17 de Novembro, ambos com uma dotação de 387.797,12€.

Durante a 1ª fase do +CO3SO Emprego Urbano (EUrb) foram recepcionadas 94 candidaturas num total de 6.333.588.15€, ou seja mais 1388% do que o disponível em concurso, pelo que não foi aberta a 2ª fase. No entanto, durante a 1ª fase do +CO3SO Emprego Empreendedorismo Social (EESoc) foram recepcionadas apenas 3 candidaturas com uma dotação total de 257.862,32€, pelo que foi aberta a 2ª fase, na qual foram recepcionadas mais 3 candidaturas com uma dotação total de 329.564,27€.

Após análise das candidaturas ao +CO3SO EUrb foram consideradas para aprovação 64 candidaturas, a que corresponde uma dotação de 4.012.035,44€ e a criação de 113 postos de trabalho. Relativamente ao +CO3SO EESoc foram consideradas 2 candidaturas para aprovação, a que corresponde uma dotação de 126.360,36€ e a criação de 4 postos de trabalho. No final de 2020 as candidaturas estavam em supervisão pela CCDR-N.

No entanto, à data de realização do presente relatório, podemos afirmar que, após audiência prévia, foi possível considerar para aprovação mais 10 candidaturas e assim uma dotação global de 4.639.798,05€, ou seja, mais de 1000% do disponível em aviso e a criação de 131 postos de trabalho. Em virtude de ter havido o reforço do aviso foi possível financiar todas as candidaturas com pontuação acima de 3.

A restante dotação do +CO3SO EESoc foi utilizada na abertura de mais um aviso em 2021.

No quadro seguinte é possível observar o ponto de situação do +CO3SO à data de realização do presente relatório

Aviso	Fase	Tipologia	Candidaturas Recebidas (N.º)	Dotação Solicitada (€)	FSE Solicitado (€)	FSE Solicitado /FSE Aviso (%)	Postos trabalho propostos	Candidaturas Aprovadas (N.º)	Dotação Aprovada (€)	FSE Aprovado (€)	FSE Aprovado /FSE Aviso (%)	Postos trabalho previstos
N-40-2020-46	1ª	+CO3SO EURI	64	6 330 588	5 300 000	138%	181	24	4 639 798	1 945 625	107%	191
N-40-2020-47	1ª	+CO3SO EEB	2	257 862	216 180	129%	8	1	55 080	47 247	27%	2
N-40-2020-47	2ª	+CO3SO EEB	3	306 964	286 120		10	1	60 778	58 756		2
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Não podemos continuar a referir que o processo de análise continua a ser muito burocrático e desmotivador em virtude de:

- Apesar de apenas utilizarmos uma plataforma (Portugal2020), foi igualmente necessário proceder a uma "pré-análise" da componente FSE através da utilização de um ficheiro Excel, com várias folhas, a qual, para além de ser um retrocesso no processo de análise, apresenta diversas lacunas e repetições;
- Formatação da candidatura sem elementos indispensáveis para sua análise, sendo possível ao beneficiário, mesmo em audiência prévia, apresentar documentos que permitem considerar a candidatura elegível;
- Manual de Análise de difícil compreensão;
- Não ter havido uma formação antes do lançamento dos avisos.

No quadro seguinte podemos verificar que os indicadores previstos na EDL serão ultrapassados se concretizados todos os projectos aprovados.

OE	Descrição	Dotação da Ficha da EDL	Dotação de Fundo aprovado	Dotação de Fundo executado	Indicadores de Realização			Indicadores de Resultado		
					Indicador	Previsão na EDL	Previsão nas operações aprovadas	Indicador	Previsão na EDL	Previsão nas operações aprovadas
6.4.	**6.4. (Eixo 6 - Emprego e Mobilidade dos Trabalhores)** [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Postos criados no âmbito da criação de empresas, incluindo microempresas	44	28	Postos criados no âmbito da criação de empresas, incluindo microempresas que permanecem 12 meses após o final do apoio	50%	-
			[illegible]	[illegible]		Consideravelmente acima				
						24				
	Total 6.4.	**[illegible]**	**[illegible]**	**[illegible]**						
6.3.	**6a. (Eixo 6 - Emprego e Mobilidade dos Trabalhores)** [illegible]	[illegible]			Empresas que beneficiam de apoio	28	40	Postos de trabalho criados	44	24
	6a. (Eixo 6 - Emprego e Mobilidade dos Trabalhores) [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		Consideravelmente acima			Consideravelmente acima	
						14			16	
	6c. - O Património Cultural [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Número de bolsas criadas de turismo e ofertas de património cultural e natural e de outros beneficiários de apoio	420	-	Quantidade em estabelecimentos hoteleiros, alojamentos, aparthotéis, hostelaria e outros	42	-
	6c. (Eixo 6 - QUALIDADE AMBIENTAL) - O Património Natural [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Número de bolsas criadas de turismo e ofertas de património cultural e natural e de outros beneficiários de apoio	420	-	Quantidade em estabelecimentos hoteleiros, alojamentos, aparthotéis, hostelaria e outros	42	-
	Total 6.3.	**[illegible]**	**[illegible]**	**[illegible]**						
	Total Geral	**[illegible]**	**[illegible]**	**[illegible]**						

Conforme referido no relatório de 2019, as verbas existentes na Tipologia de Investimento 6c (FEDER) foram transferidas para a Tipologia de Investimento 8ª, ou seja, aplicadas no SI2E.

1.4 – Acompanhamento de projetos terminados no âmbito do SP3-ProDeR

Conforme previsto no SGQ deve ser realizado um acompanhamento pós a conclusão dos projetos financiados no âmbito do SP3-ProDeR, com a finalidade de verificar se os mesmos têm continuidade, conforme o estabelecido nos respetivos contratos de incentivo financeiro, através da verificação do cumprimento dos objetivos e indicadores, solicitando ao promotor, caso se entenda oportuno, evidências e documentação diversa. Dos 19 projectos controlados, 4 não responderam. Do controlo efetuado não foi detetada nenhuma situação anómala.

O próprio IFAP faz o controlo das obrigações dos beneficiários, tendo ferramentas que dispensam o pedido de documentação aos mesmos, uma vez que têm acesso a várias fontes de informação. Assim, durante 2020, o IFAP procedeu ao controlo de 3 projetos do SP3 ProDer: operação 20000903877 - "Casa da Torre - Turismo Rural - Casa de Campo; operação 20000903888 - "Casa de Campo do Pinheiro" e operação 20000903889 – "Casa do Passal - Turismo e Lazer".

1.5 – Projectos concluidos em 2020

1.5.1 – Há Festa na Aldeia – Parceira para o Impacto (POISE-03-4639-FSE-000038)

O Há Festa na Aldeia é um projeto pioneiro de desenvolvimento local implementado em Aldeias de Portugal, iniciado em 2013, que assenta no desenvolvimento de atividades de capacitação da comunidade, preservação dos costumes e tradições e potenciação da economia local. Tem como principal factor de inovação a metodologia de co-construção com os habitantes da aldeia, procurando garantir a identidade e uma estratégia de crescimento e disseminação.

Com o presente projecto pretende-se continuar a implementar a metodologia e sistematizá-la de forma a ser mais fácil a sua disseminação noutras aldeias / territórios, tendo também como objectivo capacitar as associações ou grupos informais de aldeia, envolvendo 4 aldeias já com algum histórico na metodologia e 4 novas aldeias.

O chefe de fila desta candidatura é a ATA, sendo a Adritem e a Ader-Sousa os restantes parceiros.

Durante o ano de 2020 a situação de pandemia e os fatores que condicionaram o normal funcionamento do projeto foram um desafio à gestão. Foi necessário partir da base e reinventar as atividades e a forma de implementação, nomeadamente integrando componentes online. Para tal, foi necessário reunir as equipas e repensar todas as dimensões de comunicação, monitorização e

avaliação de impacto social, considerando novas formas de interação, de desenvolvimento técnico, de execução de atividades e de disseminação da informação e resultados. A Ader-Sousa colaborou com a ATA no desenvolvimento das seguintes actividades: oficina de filé, oficina de escrita criativa, oficina cá se fazem cá se compram (estas últimas através de videoconferência), criação da rota das fontes, distribuição de postais em Burgo (criação e distribuição de postal com mensagem de incentivo e informação sobre as atividades planeadas) e no evento Há Natal na Aldeia (também por videoconferência).

Em 2020 a Ader-Sousa concluiu financeiramente o projecto.

1.6 – Projectos em execução

1.6.1 – Controlo e minimização de prejuizos da espécie invasora *Vespa velutina nigrithorax* na produção agrícola (PDR2020-101-032192)

Este projecto tem como objectivo ajudar a resolver o problema colocado com a introdução em Portugal da espécie exótica Vespa velutina (Vespa velutina nigrithorax), também conhecida por Vespa Asiática, nativa do continente asiático, considerada invasora em território europeu. A Ader-Sousa faz parte desta parceria com 10 elementos (DOLMEN, como entidade coordenadora, UTAD, APIMARÃO, APFMP-Associação Produtores Florestais de Montemuro e Paiva e alguns apicultores associados destas associações), com um investimento próprio de 22.515,71 € financiado a 75%, ou seja, uma dotação de 16.886,81 €.

Em ano de pandemia, o Grupo Operacional reduziu as atividades de caráter presencial tendo, contudo, conseguido realizar 2 seminários nos primeiros meses do ano (Baião e Resende), nos quais a Ader-Sousa se fez representar. A Ader-Sousa procedeu durante os meses de Fevereiro e início de Março à verificação da instalação das armadilhas por parte dos apicultores que aderiram ao projeto nos concelhos de Felgueiras, Lousada, Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel. Em Outubro com dois apicultores de Felgueiras (Macieira da Lixa e Borba) testou-se a atividade que designamos de "marcação de vespas", consistindo na captura de um número significativo de vespas vivas, as quais são marcadas com vernizes coloridos, uma cor diferente para cada apiário, observando-se posteriormente o seu comportamento. Também se deu início à atividade "díodo na vespa", consistindo esta na colocação de um díodo no dorso das vespas, detetável por um radar marítimo, com o objetivo de se conhecer as rotas e posição das mesmas, ou seja, monitorizar as vespas para localizar os ninhos e traçar as suas rotas torna-se um fator facilitador no controlo do inseto predador e na sua evolução. As reuniões mensais sempre que possível foram realizados em locais dos parceiros e apicultores (ao ar livre), mas na maioria foi através das plataformas digitais.

Para a avaliação anual dos resultados, os vários parceiros e colaboradores com atividade apícola forneceram dados de captura de vespa e das armadilhas utilizadas, com maior ou menor sucesso, que contribuíram para alimentar o projeto SIG e concluir que o ano em referência foi bastante severo

em termos de quantidade de fundadoras e obreiras, com atividade intensa e persistente, verificando-se ainda a presença de algumas vespas nos últimos dias do ano. De todos os registos e observações efetuadas, foi possível concluir que quem armadilha eficientemente nos primeiros meses do ano, tem bastante menor incidência de vespa nos apiários na fase crítica de predação, constituindo um alívio para o apicultor e aumentando a probabilidade de sobrevivência e robustez das colónias para mais facilmente ultrapassarem as dificuldades inerentes aos meses de inverno e assim propiciarem uma boa produção de mel no ano seguinte.

Graças à ampla distribuição geográfica dos apiários dos diversos parceiros apicultores e colaboradores que aderiram ao projeto, foi possível confirmar a tendência de uma presença mais forte e mais cedo de vespa nas zonas de menor altitude e também nas proximidades de cursos de água, sendo que a confluência destes dois fatores dita um desafio e cuidado bastante mais exigente para o apicultor.

Durante 2020 a Ader-Sousa submeteu dois pedidos de pagamento que representa 12% do investimento previsto, no entanto já tinha realizado despesa que representa 56% do mesmo.

1.6.2 – Parceria FMT e GAL – LEADER 2020 (PDR2020-2022-032992)

O projeto tem como objetivos qualificar as equipas técnicas e capitalizar a experiência e o trabalho desenvolvido pelos Grupos de Ação Local (GAL), entidades responsáveis e envolvidas na implementação, acompanhamento e execução das ações da Medida 10 LEADER/DLBC do PDR2020. O projeto é liderado pela Federação Minha Terra, (FMT) numa parceria com os 54 GAL e com a DGADR/RRN. As atividades pretendem dar resposta aos principais 3 temas prioritários definidos no Aviso e aos objetivos do Plano de Ação da Rede Rural Nacional.

Durante 2020, em virtude da pandemia provocada pela Covid-19 a grande maioria das actividades forma desenvolvidas Ader-Sousa participou nas seguintes actividades:

Oficina de trabalho com o IFAP - Zoom – 14 de Dezembro

Reunião de trabalho promovida pela FMT e com a participação de técnicos do IFAP, com a seguinte ordem de trabalho: Validação da titularidade das parcelas – nota informativa; constatações das principais auditorias em contraditório com a COM; resultados do controlo in loco 2019; quadro sancionatório – dúvidas; projetos com encerramento por valores inferiores ao contratualizado; Avaliação das metas e compromissos dos promotores; diversos/questões/esclarecimentos.

Sessões de trabalho para ponto de situação e troca de experiências DLBC

Zoom – 14 de Maio

OT: Informações gerais; Reuniões realizadas pela FMT desde Fevereiro; Ponto de situação da implementação da Medida 10 LEADER no PDR2020; Ponto de situação do LEADER nas Regiões Autónomas; Ponto de situação DLBC nos POR; Preparação do período de programação 2021-2027; Outros assuntos

Zoom – 9 de Setembro

OT: Ponto de Situação do PDR2020 – Medida 10/LEADER; +CO3SO Emprego; Preparação do futuro; Informações/outros assuntos.

Zoom – 27 de Novembro

OT: Informações; Ponto de situação DLBC / LEADER; Ponto de situação da Medida 10 – LEADER do PDR 2020; Ponto de situação da Medida 19 – LEADER do PRORURAL+; Período de transição na PAC; Proposta da AG PDR2020; Projectos em curso (FMT); Outros assuntos: +CO3SO Emprego.

Grupo de Trabalho LEADER DLBC 2030

Reuniões: Zoom – 17 de Julho; Zoom – 29 de Julho e Zoom – 25 de Setembro.

Constituição/enquadramento, no quadro do projeto, de um Grupo de Trabalho, responsável pela compilação das aprendizagens resultantes do projeto, pelos conhecimentos produzidos e pelos problemas e soluções identificados e partilhados pela rede de parceiros, permitindo que desempenhe também funções de prospeção e de brainstorming, que culminem na apresentação de propostas, que contribuam para o desenho de um instrumento LEADER/DLBC adequado aos territórios, às populações, aos beneficiários, agentes e stakeholders, para o quadro plurianual 2021/2027, assim como no período de transição. Este Grupo de Trabalho inclui um conjunto restrito de GAL representativos de diferentes regiões do país, mas em estreita articulação com os demais parceiros do projeto (GAL), para confirmação/avaliação dos resultados das ações desenvolvidas durante o projeto, ponto de situação e recolha de contributos, com a realização de reuniões ou workshops frequentes e direcionados, preferencialmente em formato online. Os resultados do Grupo de Trabalho serão compilados e as propostas (incluindo propostas concretas para medidas de política) desenvolvidas com o apoio de consultoria especializada.

Focus Group de Cooperação com a CPLP

Nazaré – 3 de Março

Programa: Informações; Ponto de situação da Cooperação LEADER e propostas de curto prazo; Análise da iniciativa LEADER África da DG AGRI; Propostas para a cooperação no pós-2020.

Zoom – 1 de Junho

Programa: 14:30 - Boas vindas, introdução e contextualização; Ponto de situação da Cooperação LEADER; Apresentação de projectos /ideias de projectos e debate: ROTA Criativa - Rede de Incubadoras de Ofícios Tradicionais e Arte Criativa – Teresa Pouzada | ADRITEM, Cooperação 3G – Geoturismo, Geoeducação e Geoconservação – Fátima Rodrigues | ADRIMAG, SAL – Sistemas Alimentares Locais – Paulo Pereira | ATAHCA, Aldeias de Portugal – Teresa Pouzada | ADRITEM, VirtuALL Ageing - Envelhecimento ativo, saudável e participativo nos territórios rurais (Cooperação interterritorial) – Mário Fidalgo | AD ELO, PTIS – Projecto Transnacional de Inclusão Social – Mónica Seixas | ADRIMAG, Projecto 3C – Cooperação em Circuitos Curtos – José Sousa Guedes | ADER-SOUSA; Conclusões e encerramento.

Comissões Regionais de Parceiros – Norte (Vila Real) – 13 de Fevereiro

Partilhar ao nível da NUT II, com um amplo leque de atores, os resultados da implementação "agregada" das EDL dos GAL (numa lógica ascendente em relação às Comissões Locais de

Parceiros) e favorecer o trabalho em rede dos diferentes atores, criando condições favoráveis para a reflexão e visão partilhada dos problemas; uma definição conjunta de objetivos, prioridades, estratégias e ações; e a execução de iniciativas concertadas ou complementares, que maximizem resultados, ganhos de escala e maiores impactos na implementação de medidas e programas nos seus territórios em áreas de intervenção comuns.

1.6.3 – Reforço da capacitação de actores e redes de promoção de acções de desenvolvimento (NORTE-09-5864-FSE-000017)

A presente operação justifica-se pela necessidade em reforçar a capacidade da Ader-Sousa na animação da EDL / DLBC, designadamente as actividades de informação, divulgação e publicitação, assentando essencialmente no estimular dos parceiros e da população local na implementação, acompanhamento e avaliação da mesma, seguindo um modelo bottom-up.

O projecto é constituído por 3 actividades: "Sessões de informação e de sensibilização para grupos"; "Workshops e seminários de divulgação direccionados para temáticas de cariz técnico" e "Concepção e desenvolvimento de material de divulgação e de promoção".

Apesar da pandemia causada pela Covid-19 a Ader-Sousa participou e desenvolveu muitas actividades, mas em menor número que em 2019.

No âmbito da 1ª actividade, no ano de 2020, a Ader-Sousa abriu um aviso do +CO3SO, com as verbas sobrantes FSE da EDL, tendo realizado 3 sessões de informação e sensibilização, com a presença de 35 participantes. Por outro lado, apoiou os promotores do SI2E na formulação das alterações pretendidas pelos mesmos. Também realizou as reuniões mensais com o Órgão de Gestão da Ader-Sousa quer para serem tomadas as decisões necessárias à boa implementação do DLBC-Rural Terras do Sousa 2020, quer para irem tomando conhecimento do ponto de situação do mesmo (7 reuniões - num total de 40 participantes).

Relativamente à 2ª actividade, destacamos: 16/01-Realização da 1ª oficina de divulgação da agricultura biológica; 20/01-Realização da 2ª oficina de divulgação da agricultura biológica; 21/02-Participação em sessão relativa à Agenda para a Inovação para a Agricultura; 24/04-Acompanhamento de Ministra da Agricultura a produtores PROVE; 04/05-Participação em seminário sobre o Jovem Empresário Rural; 12/05-1ª visita a explorações envolvidas nos testes de melhoramento de variedades tradicionais de milho; 20/05-Participação em webinário "Sistemas Alimentares Locais"; 06/06-Participação no júri do concurso "Melhor campo de Cebola de Penafiel"; 06/07-Participação no júri do concurso "Melhor campo de Cebola de Penafiel"; 15/07-2ª visita a explorações envolvidas nos testes de melhoramento de variedades tradicionais de milho; 19/08-Acompanhamento do concurso "Melhor cebola de Penafiel"; 14/10-3ª visita a explorações envolvidas nos testes de melhoramento de variedades tradicionais de milho; 29/10-Participação no júri do "Selo da Rota do Românico"; 10/11-Participação no webinário "Bio-Regiões uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais"; durante o 1.º semestre – Continuação do trabalho para a acreditação da Ader-Sousa como entidade certificadora do Bordado da Terra de Sousa o que

implicou a conclusão da formação iniciada no ano de 2019; Participação nas reuniões de grupo de trabalho criado para definição de propostas de Desenho de Futuro da Abordagem DLBC e respectivo modelo de governação; durante o 2º semestre – Contactos com produtores para realização de inquéritos no âmbito do projecto AFAVEL;

Relativamente à 3ª actividade, no âmbito da assessoria de comunicação contratada, foram diversos os trabalhos desenvolvidos: intervenções pontuais mas contínuas no website e facebook, nomeadamente: carregamento de notícias/posts; carregamento de documentos; carregamento de eventos; criação de novas páginas; correção de falhas; optimização de processos; actualização e monitorização de segurança permanente; criação do separador +CO3SO e respectivo carregamento dos conteúdos; desenvolvimento de grafismos, banners e imagens para o +CO3SO para ilustrar as publicações no website e Facebook; criação da landing page para receber inscrições para a videoconferência divulgativa do +CO3SO e respectivo formulário; adaptação/edição do video resultante da conferência; carregamento de avisos de candidatura PDR2020 e +CO3SO Emprego; adaptação e implementação dos avisos Covid-19 (pop-ups); aplicação dos logotipos oficiais de financiamento no website. Foram também desenvolvidos seguintes trabalhos: desenvolvimento da imagem dos 30 anos da Ader-Sousa; apoio/colaboração na definição de um programa (com a duração de 1 ano) para comemorar os 30 Anos da Ader-Sousa; desenho e projeto de painel identificativo para colocar na sede; elaboração das assinaturas para os e-mails com imagem dos 30 Anos; acompanhamento da produção e fornecimento de elementos diversos para o filme de apresentação e divulgação da Ader-Sousa elaboração de fotografias de produto (Cebola) para incluir no processo de certificação.

1.6.4 – Parceiros para a Criação Sistema de Certificação Participativa dos Circuitos Curtos Agroalimentares (PDR2020-2023-045948)

Projecto desenvolvido em parceria com o objectivo de criar um sistema de certificação participativa associada aos CCA, que incorpore requisitos que validem os processos de produção e comercialização. A certificação participativa facilita o conhecimento e adesão às diferentes modalidades de CCA, capitalizando boas práticas e experiências, apoiando e orientando produtores e consumidores que pretendam aderir ao sistema. A construção de um referencial de certificação participativa mobiliza produtores, consumidores e actores locais na identificação de princípios e procedimentos que assegurem e credibilizem o circuito produtivo e comercial associado aos CCA.

Durante 2020, em virtude da pandemia causada pela Covid-19, apenas foi possível desenvolver a metodologia de certificação participativa, mas que terá de ser no início de 2021 discutida e validada pelos parceiros.

Durante 2020 a Ader-Sousa submeteu um pedido de pagamento que representa 8% do investimento previsto, no entanto já tinha realizado despesa que representa 39% do mesmo.

1.6.5 – Bio-região do Tâmega e Sousa (PDR2020-2024-055351)

A operação tem como objetivo geral criar as condições contextuais e operativas para a adesão do Tâmega e Sousa à Rede Internacional das Bio-regiões, de forma a mobilizar a comunidade na concretização de um circulo virtuoso destinado ao desenvolvimento de sistemas de alimentação sustentável, saudável e diversificada, o que implica estimular o consumo de produtos biológicos na comunidade do Tâmega e Sousa, transferir boas práticas e novos conhecimentos que contribuam para a qualificação e desenvolvimento dos territórios rurais, fomentar a adesão de produtores convencionais ao modo de produção biológico, preservar e valorizar a biodiversidade e os recursos culturais, naturais e paisagísticos e fomentar o trabalho em parceria entre as entidades do domínio do desenvolvimento rural do Tâmega e Sousa.

O projecto envolve os seguintes parceiros: Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, Ader-Sousa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Marco de Canaveses, Dolmen e Instituto Nacional de Investigação Agrária. Apesar da pandemia foi possível avançar com a realização de duas actividades. No âmbito a atividade 1, que consiste na mobilização da comunidade para a bio-região e definição do referencial estratégico, foram desenvolvidos quatro grupos focais para auscultação e reflexão sobre os princípios orientadores mesmo. Os grupos focais tiveram bastante aceitação por parte dos intervenientes do território, e envolveram as seguintes tipologias de participantes / entidades / agentes: (a) poder local; (b) economia social, envolvendo as IPSS, ONG, entre outros; (c) sociedade civil, envolvendo os grupos de acção local, representantes de consumidores, instituições de ensino e de investigação e entidades associativas relevantes nesta temática; (d) operadores económicos, tais como, as empresas, os produtores e cooperativas.

No âmbito da actividade 2, com que se pretende estimular a agricultura sustentável saudável e diversificada, foi promovido pela entidade lider da parceria um "workshop sobre a temática "Bio-Regiões uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais", tendo tido bastante adesão por parte das entidades locais. O evento foi composto por uma sessão plenária e por salas simultâneas, onde os participantes foram convidados a contribuir para a discussão em grupo. Trata-se de uma acção que visou colher contributos para a elaboração do "Manual das Bio-regiões em Portugal" com o objetivo de parametrizar e definir o modelo das Bio-regiões de forma ajustada à realidade dos territórios rurais nacionais. Neste sentido, para a construção deste manual será fundamental estimular a reflexão conjunta dos diferentes agentes do território ligados à produção sustentável de alimentos, à distribuição de cadeias curtas, ao tecido empresarial, à saúde, à educação, ao turismo e à cultura.

Durante 2020 a Ader-Sousa submeteu um pedido de pagamento que representam 9% do investimento previsto, no entanto já tinha realizado despesa que representa 40% do mesmo.

1.6.6 – Divulgar BIO (PDR2020-2024-055332)

O presente projeto consiste no desenvolvimento de um plano de comunicação destinado a agricultores, visando a sua conversão para agricultura biológica, alicerçado na elaboração de quatro manuais sobre agricultura e produção biológica destinados a agricultores, e que serão amplamente divulgados através de diversos suportes. Com este material de apoio à formação, espera-se que as dúvidas e a perceção de risco associadas à agricultura biológica possam ser minimizados, facilitando e apoiando a instalação e a conversão de agricultores para este modo de produção. Os conteúdos destes manuais, bem como a sua organização poderão constituir um suporte para futuras ações de formação organizadas por diferentes entidades em todo o país. Ao mesmo tempo, espera-se que, indiretamente, a participação de diversos agricultores num conjunto alargado de acções integradas e articuladas de recolha e discussão de informação, possa resultar no aumento da taxa de conversão para a agricultura biológica no território de influência dos parceiros, quer através da motivação dos próprios participantes nas oficinas e visitas, quer pelo efeito que estes possam vir a ter noutros agricultores das suas comunidades e redes. De uma forma mais geral, espera-se que este projeto contribua para o aumento do número de agricultores a produzir em modo de produção biológico e para a redução da dependência externa do país no setor das frutas e horticolas biológicas.

O projecto envolve os seguintes parceiros: Instituto Politécnico de Coimbra, Ader-Sousa, Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, Douro Superior e Pinhal Maior.

No contexto das actividades previstas no âmbito da execução do projecto, embora com algumas restrições devido à situação pandémica causada pela Covid-19, foi possível efetuar a 14 de Julho a visita aos campos de experimentação e demonstração instalados na área certificada em agricultura biológica da Escola Superior Agrária de Coimbra – ESAC, visando a troca de conhecimento, experiências e de aprendizagem através da observação de casos concretos de diferentes especificidades da produção naquele modo. Participaram na visita, para além de dois técnicos da Ader-Sousa, quatro produtores da n/área de intervenção.

Durante 2020 a Ader-Sousa submeteu um pedido de pagamento que representam 9% do investimento previsto, no entanto já tinha realizado despesa que representa 42% do mesmo.

1.6.7 – Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável, em contexto de Alterações Climáticas – AFAVEL (PDR2020-2024-058090)

O contexto actual denota a necessidade de alterarmos hábitos e comportamentos de consumo e de produção, tendo em vista a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a sustentabilidade dos ecossistemas – assim como dos agro-sistemas e tecnos sistemas – e proporcionar uma alimentação saudável e adequada, um direito a assegurar. O mais recente relatório da ONU sobre as alterações climáticas reforçou também que o aquecimento global só poderá ser travado com mudanças no uso dos solos e no consumo alimentar, estando a segurança alimentar mundial cada vez mais em risco devido ao impacto "sem precedentes" das alterações climáticas, pelo que é preciso cultivar a terra

com menos produtos químicos e proteger as nossas florestas, para tentar controlar o aquecimento global.

Assim, o presente projecto tem como objetivos gerais: 1) Aprofundar o conhecimento da agricultura e dos territórios rurais, realizando estudo de sistematização de políticas de apoio à agricultura familiar e de avaliação das suas condições de implementação, partindo de 3 territórios (5 concelhos norte, 3 concelhos centro, 4 concelhos sul); 2) Promover a valorização socio territorial das áreas rurais com peso significativo de agricultura familiar através do desenvolvimento de processos de inovação social e de capacitação integrada dos atores e agentes de desenvolvimento rural; 3) Estimular a adoção e adaptação de boas práticas e novos conhecimentos entre os actores e agentes de desenvolvimento rural, em função do conhecimento das condições locais da agricultura familiar face aos desafios das alterações climáticas.

O projecto envolve os seguintes parceiros: Animar, Ader-Sousa, Confagri, Cooperativa Três Serras, DRAP Centro, DRAP Norte, IGOT e Trilho.

Durante 2020 foram realizadas diversas reuniões de parceria e, apesar da pandemia causada pela Covid-19, desenvolveu-se a actividade 1, ou seja, visitas/entrevistas a produtores para recolha de informação estatística com referência à agricultura familiar. Também foi possível dar início à actividade 2, nomeadamente através da realização de dois focus group, um em Lafões e outro nas Terras do Sousa.

Durante 2020 a Ader-Sousa submeteu um pedido de pagamento que representam 13% do investimento previsto, no entanto já tinha realizado despesa que representa 70% do mesmo.

1.6.8 – Valorização, Dinamização e promoção turística da região: Acção 2 - Caminhos de Peregrinação (NORTE-06-3928-FEDER-000095)

Em 2008 a Ader-Sousa realizou um estudo denominado "Caminhos Antigos de Peregrinação – Caminhos Portugueses para Santiago de Compostela e os principais centros de Peregrinação", que consistiu na elaboração de uma carta dos caminhos de peregrinação existentes nas Terras do Sousa (Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) do ponto de vista do seu traçado, da sua fundamentação histórica e arqueológica e na inventariação e caracterização dos locais de interesse histórico-patrimonial existentes ao longo dos diversos percursos. Verifica-se que não existe um conhecimento equivalente para o restante território que abarca a EEC PROVERE – Turismo para Todos, pelo que se nos afigura premente a sua realização. Entre os vinte e dois caminhos estudados cinco deles podem ser considerados estruturantes porque abarcam os diversos conselhos e porque faziam e fazem o escoamento de trânsito no sentido das centralidades minhotas e da Galiza com especial incidência para as rotas de peregrinação que conduzem até Santiago de Compostela.

Estas vias necessitam de intervenções de vária ordem capazes de revitalizar e conservar tais itinerários para que se tornem atractivos para o grande público numa lógica de desenvolvimento sustentável. Para isso, é indispensável proceder-se à definição de tipologias / formas de intervenção a nível arquitectónico e paisagístico. No entanto, é indispensável uniformizarem-se os critérios de

protecção e de promoção do património, do natural ao construido, existente nos municípios que integram o território numa óptica de integração em redes já existentes como sejam a "Rota do Românico", a "Rede das Aldeias de Portugal" e de percursos naturais.

A execução do presente projecto permitirá proteger e salvaguardar os principais caminhos e rotas, em especial aquelas parcelas que ainda não foram intervencionadas pelos modernos meios de conservação de estradas (empedramento, alcatrão, etc.). Permitirá valorizar trechos de caminhos onde permanecem ainda empedrados seculares, sejam eles medievais ou mais modernos, e preservar certos itinerários sempre que eles sejam a mais-valia para a compreensão da política viária que antecedeu a grande reformulação iniciada com o Liberalismo em Portugal. Assim, o projecto englobará as seguintes actividades: Conhecer na globalidade os caminhos de peregrinação do território; estabelecer um modelo de gestão intermunicipal para caminhos de peregrinação; definir um manual de boas práticas sobre tipologias e formas de intervenção para valorização de caminhos de peregrinação; divulgar e comunicar os caminhos de peregrinação.

Em 2020 a Ader-Sousa adjudicou os serviços previstos, designadamente o estudo dos caminhos e a elaboração do manual de boas práticas sobre tipologias e formas de intervenção para valorização de caminhos de peregrinação.

Durante 2020 a Ader-Sousa submeteu um pedido de pagamento que representam 14% do investimento previsto, no entanto já tinha realizado despesa que representa 73% do mesmo.

1.6.9 – Gestão e Dinamização do Consórcio da EEC PROVERE "Turismo Para Todos" (NORTE-06-3928-FEDER-000096)

O presente projecto destina-se à Gestão do Consórcio e do respetivo Programa de Acção composto pela CIM, Ader-Sousa, Dolmen e Adrimag. Constituem objectivos do presente projecto potenciar as condições necessárias para a execução da EEC PROVERE; promover e divulgar a EEC PROVERE; reforçar a identidade do território recuperando e valorizando a memória coletiva; promover a articulação institucional e o trabalho em rede, envolvendo actores públicos e privados; zelar pela prossecução da EEC e do respetivo Programa de Ação; e aumentar a capacitação dos actores locais.

Durante 2020 a Ader-Sousa participou nas reuniões realizadas pelo consórcio que têm por objectivo a articulação dos diversos projectos âncora e complementares. Durante 2020 a Ader-Sousa submeteu dois pedidos de pagamento que representam 24% do investimento previsto.

1.6.10 – TERRASAFe - Territórios sãos com agricultores familiares (PDR2020-103-053424)

Trata-se de um projecto de cooperação dinamizado por três GAL de Portugal, um do Norte ADER-SOUSA e dois do Centro ADD e ADDLAP, envolvendo 3 instituições de países da CPLP: FASE – Federação de Órgãos de Assistência Educacional, do Brasil; AGRO-PECUÁRIA de Tilimbique, de Moçambique e UBOMAL- Associação de Mulheres do Suzana da Guiné Bissau.

As semelhanças entre territórios, nomeadamente a pequena dimensão da propriedade e a importância da agricultura familiar, as múltiplas funções, a baixa remuneração dos produtos agricolas, a intervenção e o valor da mulher na actividade agricola, a contribuição dos sistemas agricultura de pequena dimensão para a biodiversidade e paisagem e a existência de uma matriz de tradição e cultura assente em produtos agricolas e nas actividades associadas, levam ao trabalho em parceria, criando sinergias com objectivo de identificar soluções comuns.

Pretende-se contribuir para uma estratégia de desenvolvimento que potencie agricultura de pequena escala, em particular a agricultura familiar, através dos principios da agro-ecologia e pela valorização das suas funções sociais, económicas e ambientais. Tem como objectivo acrescentar mais-valias justas aos produtos, reforçar redes comerciais de proximidade e com potencial regional e turistico, fortalecendo o contributo da agricultura familiar no âmbito da estratégia de segurança alimentar e nutrição nacional e ao nível da CPLP.

Consubstancia-se em cinco fases: Gestão e coordenação do projecto; Investigação ao nível do território, dos agricultores e agricultoras familiares, das suas práticas agricolas e as suas funções económicas, socais e ambientais; Projectos-piloto de reconversão de agricultores familiares desde a agricultura convencional à agricultura biológica, com base em grupos/colectivos de agricultores; Escolas de campo e mercados de proximidade; Materiais de divulgação e actividades de dinamização e promoção.

Projecto aprovado no inicio de Novembro, com um investimento de 40.932,19€, comparticipado a 90%.

Durante 2020 foi realizado todo o trabalho necessário para a abertura se proceder à abertura de um concurso público para a "Aquisição de serviços de consultoria, no âmbito do projeto de cooperação "TERRASAFe – Territórios Sãos com Agricultores Familiares" com um preço base de 90.962,18€ (sem IVA), pelo que foi necessário contratar uma plataforma de contratação pelo chefe de fila e constituir um agrupamento de entidades adjudicantes entre os parceiros. Foram recepcionadas cinco propostas, mas o jùri não conseguiu reunir antes do final do ano para elaborar o relatório preliminar.

De qualquer forma a Ader-Sousa procedeu à comprar de algum do material/equipamento previsto em candidatura, mas que apenas representa 1,7% do investimento.

1.6.11 – BIOECONOMIA: Cooperação para o uso sustentável dos recursos naturais locais e criação de emprego (PDR2020-103-053591)

O presente projecto de cooperação resulta de uma parceria de 11 GAL, tendo como chefe de fila a Corane e tem como objectivo principal a promoção do emprego através da gestão sustentável de produtos naturais endógenos e conservação do meio ambiente. O projecto contempla diversas actividades: participação em feira sectorial de produtos agro-alimentares; visitas técnicas de trabalho e formações técnicas: em frutos vermelhos, na produção de substrato para produção de cogumelo a partir do restolho do milho, em subprodutos do mel, em silvicultura fúngica, em produção de trufa negra, em cultivo biológico de plantas medicinais; estudos sobre: espécies de cogumelos adaptados

a cada local e solo para produção de trufa negra; edição de guias: cogumelos silvestres e cultiváveis em Portugal, truficultura, frutos secos (amêndoa, noz e avelã), plantas medicinais e aproveitamento de resina.

No presente projecto a Ader-Sousa tem um investimento de 21.231,01€, comparticipado a 85%.

Apesar do contrato ter sido assinado em Abril, em virtude da Covid-19, não foi possível realizar qualquer actividade durante 2020.

1.7 – Candidaturas submetidas sem decisão

No final de 2020 a Ader-Sousa tinha quatro candidaturas a aguardar decisão, sendo que actualmente já estão todas aprovadas.

1.7.1 – EMERN-Q - Alta Densidade / Qualificação de Micro e Pequenos Negócios (NORTE-02-0853-FEDER-037626)

O presente projecto visa a contratação de know-how qualificado de especialistas no apoio os micro e pequenos negócios que foram apoiados no projetos EMER-N e a outros que se enquadrem na tipologia de novos negócios, no território da Ader-Sousa. A metodologia EMER, que já evidenciou resultados muito positivos (tanto no Projeto Piloto em 2014 como no projeto EMER-N em 2016/2019 apoiado pelo Norte2020), assenta numa base casuística, mas pragmática na resolução concreta das necessidades de cada empresário/empresa. Assim, o serviço a contratar pressupõe a aquisição de um serviço de consultadoria a especialistas com uma larga experiência nas áreas críticas de afirmação dos negócios em fase de arranque, por forma a superarem os primeiros anos de vida que estatisticamente são altamente críticos – o denominado "vale da morte". O projecto envolve 4 entidades da região Norte.

O projecto prevê, da parte da Ader-Sousa, um investimento de 75.909,34€, financiado a 85%.

1.7.2 – R'LEIA - Rural, Local, Ecologia, Indústria e Agricultura (PDR2020-103-064716)

O presente projecto, com quatro parceiros, tem por objectivos: Qualificar a experiência de visita turística no desenvolvimento dos territórios rurais, através do aprofundamento da relação entre os valores e os recursos da ruralidade e as diversas tipologias de indústrias transformadoras e os seus produtos / marcas presentes nos territórios de intervenção da parceria; Promover a associação entre o turismo em espaço rural e novas modalidades ou ofertas turísticas como o Turismo de Negócios, o Turismo Industrial, o Turismo de Compras, a Enogastronomia, o Turismo Criativo / Experiencial, o Slow Tourism, Turismo Educativo etc. como forma de estruturação de novas ofertas de experiências; Valorizar o património industrial como recurso cultural de valor turístico junto de públicos e de consumidores específicos (eg alunos, consumidores, etc.); Explorar a proximidade aos centros

urbanos estruturantes do Noroeste Peninsular através da identificação de mecanismos para a implementação de cadeias curtas de comercialização, nomeadamente pelo estímulo das vendas durante a visita turística, mas também outras hipóteses de oportunidades de comercialização que aproximem o turista e outros consumidores da diversidade de marcas e produtos destes territórios; Inovar na criação de ofertas e soluções mais resilientes que tornem os territórios objeto do projeto mais atrativos para novos residentes, novos investidores e fazer frente aos desafios climáticos e sociais que se adivinham para os tempos próximos.

O que se pretende é estruturar ofertas turísticas que conjuguem os recursos dos territórios envolvidos, designadamente os relativos ao sector secundário, que são lhes específicos, com condições claras de adesão, que implicam proporcionar boas condições de visita, horários de funcionamento estáveis, venda ao público, combinando com a beleza paisagística regional, a gastronomia, o património natural e cultural. As ações do projeto são portadoras e geradoras de inovação porque criam novos desafios às empresas. Sendo, por tradição, locais de produção e distribuição destinada a outras empresas, o chamado b2b, convertem-se em pontos de contacto direto com os clientes, denominado b2c. Isto implica alteração no modelo de funcionamento, uma vez que para receberem visitas diariamente, para terem venda ao público, as empresas serão levadas a alterar a gestão dos espaços de produção e comercialização. Outro aspeto importante do projeto é a visão mais alargada de trabalho com as empresas, nomeadamente com o segmento de empresários que possui unidades mais pequenas, ligadas à transformação de cariz mais artesanal, ou empresários que não fizeram uma migração para a comercialização online. Com o surto pandémico houve uma aceleração da transição para o mundo digital. Nessa perspetiva, será importante perceber o estado das empresas aderentes nessa área, trabalhando para que se melhore a situação. É importante porque muitos visitantes poderão não comprar produtos no momento da visita, desejando fazê-lo depois por via online. É um trabalho que enfatiza a relação turismo / indústria através das tecnologias da comunicação. Com o turismo vêm à região e conhecem, ou reforçam o conhecimento. Quando regressados, podem, com maior facilidade, comprar os produtos.

O projecto prevê, da parte da Ader-Sousa, um investimento de 50.993,46€, financiado a 85%.

1.7.3 – 3C - Cooperação em circuitos curtos (PDR2020-103-064733)

O presente projecto, com seis parceiros, tem por objectivo geral contribuir para o reforço de uma estratégia que potencie a produção local, através do reforço da comercialização de circuito curto de produtos agro-alimentares, conciliando-a com práticas mais amigas do ambiente e da alimentação saudável, assim como com práticas inovadoras de economia circular.

Assim, pretende-se alargar a metodologia PROVE para novos "tipos" de consumidores, designadamente a restaurantes locais e cantinas de lares, de escolas, entre outras, o que implica um contacto junto destas para perceber quais as necessidades e de que forma a produção se deve adaptar às mesmas. Temos verificado que nos últimos anos as equipes técnicas das associações de desenvolvimento local têm menos tempo para acompanhar os produtores, por estarem cada vez mais

absorvidas pela burocracia dos programas que gerem e, consequentemente, têm menos disponibilidade para estimular esta forma de comercialização, o que resulta no fraco aumento do número de produtores, apesar de irem aumentado o número de cabazes vendidos, mas fruto da procura por parte dos consumidores. Assim, o presente projecto pretende essencialmente aumentar do número de produtores envolvidos e, consequentemente aumentar a quantidade de produtos vendidos, o que passará também pelo aumento de novos locais para entrega de cabazes. Por outro lado, consideramos que a metodologia deve continuar a ser alargada a novos territórios, pelo que envolve associações de desenvolvimento local que nunca trabalharam o PROVE e reconhecem a sua importância. Finalmente, o projecto tem abordagens inovadoras, designadamente no modelo de comércio electrónico e na plataforma de software que foram criados, mas que actualmente necessitam de ser actualizados e renovados de modo à necessária adaptação a um modelo mais intuitivo e com novas funcionalidades de gestão que permitam abranger outras tipologias e modalidades de venda directa (ex. fornecimento a cozinhas colectivas, entregas ao domicílio, possibilidade do consumidor selecionar cabazes personalizados, maior interacção com os consumidores através da optimização da ligação com as várias redes sociais e aproveitamento do marketing digital, etc.), na implementação de técnicas que estimulam a economia circular, de verificação da qualidade dos produtos e, não menos importante, na sustentabilidade da rede, que passa por transitar toda a gestão processual para os produtores.

O projecto prevê, da parte da Ader-Sousa, um investimento de 62.265,91€, financiado a 85%.

1.7.4 – Caminho de Peregrinação – 2ª Fase (NORTE-06-3928-FEDER-000190)

Com a informação produzida através do projecto "Caminhos de Peregrinação" verifica-se a necessidade da sua divulgação junto do público, nomeadamente daqueles que têm interesse e gosto por caminhadas e por património, o que não é alcançável apenas através da monografia que se está a concluir.

Conforme previsto iremos proceder à sinalização de um dos caminhos, até porque consideramos que devemos testar a colocação de sinalética num dos caminhos para verificar o seu impacto e testar a sua conservação/manutenção, caindo a escolha sobre o caminho de peregrinação de Santa Maria de Cádiz que foi objecto de estudo de caso para o manual de boas práticas produzido no âmbito do referido projecto, e para o qual foi assinalada a tipologia e tipo de placas necessárias, assim como indicado um orçamento para sua realização.

Para a divulgação consideramos que a melhor opção é o desenvolvimento de uma plataforma, ou seja, de um website com uma PWA (progresssibe web app) integrada, que possibilite a quem quiser percorrer os caminhos, fazendo uso do seu smartphone. A plataforma a desenvolver, para além de valorizar e promover o território, permitirá que qualquer cidadão possa ter acesso aos caminhos definidos no âmbito do estudo; obter informação relativamente detalhada sobre cada um dos deles (indo ser usada a informação desenvolvida no estudo/monografia); visualizar o trajeto do caminho no território (sobre o mapa da Google); utilizar a informação disponibilizada para auxiliar na realização do

caminho (recorrendo à PWA respetiva, instalada no smartphone); e obter informação adicional sobre o território. Consideramos que a construção da plataforma, para além de ser mais exequível em termos de tempo e custo, é mais adaptável, podendo mesmo ser corrigida/alterada/adaptada ao longo dos tempos. Para aqueles que ainda não têm acesso às novas tecnologias possam também usufruir dos caminhos, consideramos importante a edição de pequenos folhetos que lhes permitam percorrer os mesmos. Finalmente, consideramos que a produção de material de merchandising terá um impacto maior junto da população e da comunicação social.

O projecto prevê, da parte da Ader-Sousa, um investimento de 71.744,37€, financiado a 85%.

1.8 – Candidaturas não aprovadas

Em 2020, conforme já indicado no relatório de 2019, a Ader-Sousa teve uma candidatura reprovada.

1.8.1 – Boas práticas de desenvolvimento e coesão territorial em áreas de parque natural - Norte de Portugal / Moçambique - A candidatura PDR2020-103-053431)

Porque o único parceiro transnacional, a Associação Portuguesa de Moçambique, não corresponde a uma parceria local representativa de um território rural e com uma estratégia de desenvolvimento. Esta falha é imputada à empresa que apoiou o chefe de fila na formatação da candidatura, uma das suas incumbências era encontrar o parceiro que permitisse desenvolver o projecto.

1.9 – Outras Iniciativas

1.9.1 – Formação Interna

Na sequência do levantamento de necessidades de formação efetuado junto da ETL para a elaboração do Plano de Formação Interna 2020 foram identificadas diferentes áreas de formação. Tendo em consideração as opções escolhidas em maior número pelos técnicos, e as que vão de facto permitir uma maior aproximação entre o trabalhador e a sua realidade profissional, abarcando todas as competências necessárias para o desempenho da sua função, e até para aferir de forma mais real os resultados obtidos na sua actuação, afigurou-se relevante desenvolver as ações mais orientadas para atingir objetivos e resultados que vão de encontro ao desempenho das funções dos técnicos, o aumento das suas qualificações profissionais, a aquisição de novos conhecimentos e competências, e dos próprios interesses da associação.

Assim, no ano de 2020 foram desenvolvidas as seguintes ações de formação:

Técnicos / Formações	1.9.1.1	1.9.1.2	1.9.1.3	1.9.1.4	1.9.1.5	1.9.1.6	1.9.1.7	1.9.1.8	1.9.1.9	1.9.1.10	1.9.1.11	Total
Carla Dias		7	8		3						7	25
Marta Maia	47	7	8	3		7	2,5	3,5			7	85
Claudia Costa		7	8		3							18
José Sousa Guedes	47			3	3				10	30		93
Fernando Silva		7	8									15
Diogo Mendes			8									8
A. Magalhães			8	3								11

Verifica-se que, em média, foram atingidas as 36 horas de formação por colaborador, no entanto, apenas 2 técnicos atingiram, ou melhor, ultrapassaram largamente, os mínimos que se pretendia, ficando os restantes aquém. No entanto, considerando os últimos 3 anos, apenas 3 técnicos ficaram aquém do em 3, 13 e 28 horas, mas nos mesmos observa-se uma grande "recuperação", pois precisavam de 52, 69 e 89 horas, respectivamente. Nos restantes 4 técnicos verificava-se no final do ano um "saldo" positivo de, pelo menos, 46 horas.

1.9.1.1 – Especialização em Gestão e Auditorias da Qualidade (continuação)

Tendo em consideração o protocolo celebrado entre o Município de Felgueiras e a Ader-Sousa com a finalidade de se proceder à certificação do "Bordado da Terra de Sousa", tornou-se necessário a participação numa acção de formação com esta temática. O objectivo da acção foi dotar os participantes de conhecimentos e técnicas que lhes permitam: reconhecer a importância dos sistemas de gestão da qualidade, tomar conhecimento dos requisitos normativos do referencial de acreditação NP EN ISO 9001:2015, desenvolver a sua implementação, e realizar auditorias da qualidade, incluindo uma actividade prática real de auditoria numa empresa. A formação iniciou-se em 2019 (28 horas) e continuou durante 2020 (47 horas), tendo participado 2 técnicos.

1.9.1.2 – Registo no portal e formulário de identificação do beneficiário (IB)

A Ader-Sousa como entidade protocolada com o IFAP tem dentro das suas atribuições o apoio aos beneficiários no registo no portal do IFAP e na criação/alteração do IB, sendo necessário a "reciclagem" aos técnicos que durante o ano anterior não tiveram esse tipo de intervenção no portal.

Assim, foi necessário a quatro técnicos frequentarem a presente formação, permitindo-lhes recordar a forma de apoiar os beneficiários que pretendam efetuar o seu registo no portal do IFAP; de conhecer as normas e procedimentos a observar na recolha do IB, tanto na criação de novos formulários como na atualização dos formulários existentes; de resolver os erros de validação que ocorram no preenchimento de um IB e de acompanhar e tratar as ocorrências detetadas em sede de controlo de qualidade. A formação decorreu em e-learning, teve uma duração de 7 horas, e os técnicos concluíram a mesma com aproveitamento.

1.9.1.3 – Recolha do Controlo Administrativo (RCA)

De igual forma todos os técnicos da Ader-Sousa tiveram necessidade de frequentar uma formação sobre a recolha do controlo administrativo, de forma de a Ader-Sousa melhor poder responder a uma das suas atribuições no âmbito do protocolado com o IFAP. Assim, os 6 técnicos participaram na presente formação, em formato e-learning, com uma duração de 8 horas, tendo sido concluida por todos com aproveitamento.

1.9.1.4 – Gestão de conflitos

Considerando a relevância do tema para a boa relação dos elementos da equipe, 3 técnicos participaram na mesma, onde foram abordados os seguintes conteúdos: a importância do conflito; repercussões positivas e negativas; formas de enfrentar o conflito; premissas básicas para a resolução de conflitos; recursos básicos na gestão do conflito. A formação teve uma duração de 3 horas e foi ministrada através da plataforma Zoom.

1.9.1.5 – Gestão de tempo

De igual forma 3 técnicos consideraram relevante participar na presente formação, onde foram abordados os seguintes conteúdos: gestão de tempo (conceitos); "ladrões" do tempo; medidas de aproveitamento do tempo; plano individual (técnicas); tempo em tempo de Covid-19. A formação teve uma duração de 3 horas e foi ministrada através da plataforma Zoom.

1.9.1.6 – Contratação pública

Tendo em consideração que em Janeiro de 2018 entrou em vigor uma nova versão do código dos contratos públicos, considerou-se importante que a técnica que trabalha estas questões na Ader-Sousa participasse na mesma, tendo sido abordados os seguintes conteúdos: a revisão do CCP; âmbito da aplicação do CCP; os procedimentos de formação contratual; as regras de contratação pública e os projectos financiados pelo Portugal. A formação teve uma duração de 7 horas e foi ministrada através da plataforma Zoom.

1.9.1.7 – Código dos contratos públicos - BaseGov

Na sequência da formação anterior, considerou-se pertinente também a participação da técnica responsável pelos procedimentos de contratação pública nesta formação, onde foram abordadas várias temáticas sobre a plataforma BaseGov, designadamente: a sua gestão e utilização; a aplicação da legislação associada à mesma; a consulta pública; a sua utilização para registo de dados e consulta de procedimentos e contratos na área privada; a gestão dos procedimentos em articulação com os procedimentos lançados na plataforma eletrónica; a pesquisa, consulta e solicitação de alterações dos dados registados. A formação teve uma duração de 2,5 horas e foi ministrada através da plataforma Zoom.

1.9.1.8 – O teletrabalho no novo mundo das organizações

Tendo em consideração que o teletrabalho é já uma realidade nos nossos dias, sendo uma nova forma de organização do trabalho e encontrando-se a equipa técnica na mesma, considerou-se relevante a participação de 1 técnico. Na formação foram abordadas várias temáticas: o teletrabalho e as medidas de reação à Covid-19; o teletrabalho no código do trabalho (regime legal); as oportunidades/necessidades do "novo mundo" do teletrabalho; os riscos do "novo mundo" do teletrabalho. A formação teve uma duração de 3,5 horas e foi ministrada através da plataforma Zoom.

1.9.1.9 – Gestão Administrativa em Recursos Humanos

Sendo uma temática relevante para qualquer organização, houve a participação de 1 técnico na mesma. Na formação foram abordados os seguintes conteúdos: registos dos contratos de trabalho, aspectos administrativos decorrentes da rescisão de contratos de trabalho; absentismo e ausências; Segurança Social; obrigações administrativas em recursos humanos. A formação teve uma duração de 8 horas e foi ministrada através da plataforma Zoom.

1.9.1.10 – Um novo cenário rural: ODS, Agenda 2030 e LEADER": para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais

Com o objetivo de situar a Agenda 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no meio rural, a Rede Rural Espanhola desenhou um curso que além de ensinar as bases teóricas da sustentabilidade, deu acesso a uma série de recomendações e indicadores inovadores que permitem a todos os tipo de entidades rurais e da sociedade civil serem agentes da Agenda 2030. O curso teve uma duração de 30 horas, em formato e-learning, e consistiu numa parte teórica, a partir da qual foram analisados os fundamentos e origens dos ODS e da metodologia LEADER, e numa parte mais prática, na qual cada entidade pode analisar/verificar o seu papel nos ODS e como medir esse esforço. O curso ofereceu uma grande variedade de recursos escritos e em vídeo, tanto com conteúdo teórico quanto com experiências práticas que ajudaram a visualizar o caminho para a sustentabilidade. O curso, que foi composto pelos seguintes módulos: abordagem LEADER-ODS para o desenvolvimento rural; origem dos ODS e sua função actual; metodologia LEADER; agentes de mudança; implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável; avaliação. O curso foi validado pelas Nações Unidas e teve a participação do coordenador.

1.9.1.11 – Contratação pública e o terceiro sector (continua em 2021)

Com o objectivo de aprofundar os conhecimentos da contratação pública especificamente para o terceiro sector, onde se enquadra a Ader-Sousa, e de haver um segundo técnico com conhecimentos nesta área, foi decidida a participação de 2 técnicas. As temáticas abordadas foram: a revisão do CCP; âmbito de aplicação do CCP; os procedimentos de formação contratual; as regras de contratação pública e os projectos financiados pelo Portugal 2020. A formação, ministrada através da plataforma Zoom, vai ter uma duração de 21 horas, tendo ocorrido apenas 7 horas em 2020.

1.9.2 – Regadios

Durante o ano de 2020, no âmbito da Operação 3.4.2 – Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes, na tipologia "Operações em regadios tradicionais" do PDR2020, foi dado apoio no acompanhamento na execução dos trabalhos da candidatura da Junta de Agricultores da Presa dos Castelo (anúncio 3), no entanto, em meados do ano houve necessidade de alteração da constituição da junta e o processo sofreu atrasos; assim como apoio à candidatura da Junta de Agricultores da Levada da Borbela e Levada de Crestins (anúncio 5), na resposta e entrega de documentos durante a fase antes de assinatura do termo de aceitação.

1.9.3 – PROVE – Promover e Vender

Também durante 2020 não foi criado qualquer novo núcleo PROVE, e em virtude da pandemia causada pela COVID-19 não foi possível participar em atividades de animação / divulgação do PROVE, com excepção do acompanhamento de uma visita da Sra Ministra da Agricultura a uma produtora PROVE para estimular a população em geral a consumir local.

Em termos de parceria nacional foi suportado por cada parceiro a correspondente parte dos custos de manutenção da plataforma. Por outro lado mantem-se a perspectiva do envolvimento dos produtores PROVE nos projectos "TERRASSAFe" (ver ponto 1.6.10), "Parceiros para a Criação Sistema de Certificação Participativa dos Circuitos Curtos Agroalimentares" (ver ponto 1.6.4), "Bio-região do Tâmega e Sousa" (ver ponto 1.6.5) e DivulgarBIO (ver ponto 1.6.6), AFAVEL - Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável, em contexto de Alterações Climáticas (ver ponto 1.6.7) e 3C – Cooperar em Circuitos Curtos (ponto 1.7.1).

1.9.4 – Certificação do Bordado da Terra do Sousa

Em virtude da pandemia causada pela Covid-19, não foi possível avançar muito neste processo, no entanto dois elementos da equipe técnica participaram Curso especialização em gestão e auditorias da qualidade, onde ficaram habilitados a realizar auditorias da qualidade.

1.9.5 – Selo da Rota do Românico

Durante o ano de 2020 houve uma abertura de candidaturas para o Selo da Rota do Românico, tendo sido atribuídos mais 66 selos.

1.9.6 – Valorização de produtos locais tradicionais

1.9.6.1 – Broa do Vale do Sousa

Inserido no projecto LIVESEED, que tem como objectivo melhorar a transparência e a

competitividade do sector das sementes biológicas e do sector de melhoramento de plantas encorajando uma maior utilização de sementes de agricultura biológica, iniciou-se em 2020 um ensaio de selecção e avaliação de germoplasma de milho com a colaboração de agricultores locais. Esta parceria envolve o Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária de Coimbra, a Cooperativa Agrícola de Lousada e a Ader-Sousa. Priorizando essencialmente populações de milho branco tradicionais das Terras do Sousa, e que têm vindo a ser objeto de investigação há mais de três décadas no âmbito do Programa VASO de melhoramento participativo.

As sementes das variedades tradicionais a ensaio foi fornecida pelo IPC-ESAC e entregues em meados de maio, altura em que foram realizadas pelo IP-ESAC e ADER-SOUSA visitas às explorações, com o intuito de averiguar quais as condições das mesmas e o destino que vai ser dada à produção, para escolher a tipologia de ensaio (seleção e / ou avaliação de germoplasma) que melhor se adapta e, consequentemente, quais as variedades tradicionais a semear. A participação dos agricultores locais foi satisfatória sendo que foram disponibilizados para a realização dos ensaios de selecção e de avaliação das variedades tradicionais de milho branco e amarelo o total de 0,56ha, sendo 0,1ha foi para um ensaio de avaliação com 18 variedades de milho tradicionais e a restante área foi para a realização de ensaios de selecção. Foram disponibilizados para a realização dos ensaios 4215 m², sendo 3270 m² destinados a ensaios de selecção massal (variedades brancas e amarelas) e a restante área destinada para a realização de ensaios de avaliação de germoplasma. Uma das variedades brancas, em selecção massal, é produzida em modo de produção biológica, sendo as restantes produzidas no denominado "modo convencional", mas sempre com a preocupação de um cultivo amigo do ambiente e da qualidade de alimentar.

Após as sementeiras realizou-se uma visita de acompanhamento técnico às explorações pelos colaboradores do IP ESAC, COPAGRI e da ADER-SOUSA, nomeadamente, na fase do milho "joalheiro" (15 de julho), com o objectivo de verificar in loco a evolução dos referidos ensaios, assim como, para a troca de práticas entre os participantes convidados, nomeadamente os representantes e técnicos das Cooperativas Agrícolas de lousada, de Felgueiras, de Penafiel e da Lavoura de Paços de Ferreira. Durante a visita de acompanhamento técnico realizada a troca de informação sobre a forma e os modos de selecção e de avaliação aplicados nos ensaios foram demonstrados e avaliados pela ESAC sendo ainda explicado a importância destes recursos genéticos tradicionais para o desenvolvimento rural e para a manutenção da identidade cultural das comunidades locais. A preservação e valorização destes recursos genéticos associada à investigação tem ainda como objectivo avaliar a adaptação dos milhos branco e amarelos que se encontram nos campos de ensaio das Terras do Sousa, quer para alimentação animal, quer para a confeção da tradicional broa do Vale do Sousa ou ainda quer para destinos inovadores, tais como a adaptação das espigas inteiras para a alimentação humana e /ou para efeitos decorativos, entre outros aspectos que foram despontando à medida que o grupo de participantes em ambiente informal se foi manifestando.

Na fase de colheita foi realizada a visita final aos campos de ensaio (14 de outubro), contando com a presença, para além dos produtores envolvidos na investigação, dos colaboradores da Escola

Superior Agrária de Coimbra, dos técnicos da Ader-Sousa e das Cooperativas de Lousada e de Felgueiras.

Após a selecção e colheita dos melhores exemplares de espigas foi realizada uma avaliação sumária através de um inquérito fornecido pela equipe de investigação, onde se avaliaram 5 características importantes de 10 populações de milho, repetidas 3 vezes, designadamente, altura da planta, uniformidade do talhão, altura e tamanho da espiga e tipo de grão. As populações em ensaio foram também avaliadas sob o ponto de vista de interesse para a alimentação humana e para a alimentação animal.

Ficou a expectativa dos ensaios serem continuados em2021.

1.9.6.2 – Cebola Garrafal

Decorrente do trabalho desenvolvido durante no ano de 2019, a Ader-Sousa continuou a desenvolver os trabalhos para a obtenção da indicação geográfica protegida para a cebola garrafal, tendo a 1.ª versão do caderno de especificações da Cebola de Penafiel – IP(P) sido submetida à apreciação dos parceiros Coopenafiel, EPAMAC e Confraria do Presunto e da Cebola do Tâmega e Sousa e enviada para análise da DRAPNorte (Maio de2020). Da análise da 1.ª versão do caderno de especificações foi referida a necessidade de evidenciar documentalmente o nome geográfico proposto ("Cebola de Penafiel") e a necessidade de uma especificação aprofundada das características intrínsecas do produto relativamente a: acidez baixa, espessura fina a média (quantificar), teor de matéria seca, resistência ao espigamento e conservação do produto. Neste contexto, foi realizada em parceria com a Qualifica, através de um júri, uma análise de avaliação sensorial da Cebola de Penafiel (Novembro de 2020). Por outro lado, a ADER-SOUSA elaborou um trabalho de recolha fotográfica. Como tem vindo a ser habitual a ADER-SOUSA colaborou com a Confraria do Presunto e da Cebola na realização dos concursos Melhor campo de cebolas e Melhor Cebola. A feira de S. Bartolomeu decorreu de 14 a 26 de Agosto, embora com bastantes restrições por causa da Covid -19.

1.9.6.3 – Capão de Freamunde

De forma a dar continuidade ao processo desenvolvido na valorização do Capão de Freamunde – IGP, a Ader-Sousa tem vindo a acompanhar o trabalho desenvolvido pela Associação de Criadores de Capão, designadamente no auxilio dos criadores no preenchimento dos registos de efetivos, seguindo o modelo do caderno de especificações, assim como no encontrar de soluções para o abate dos animais. Durante o ano de 2020, no âmbito da promoção do Capão de Freamunde a Ader-Sousa estabeleceu vários contactos com a Associação de Criadores de Capão de Freamunde visando a participação desta no 2.º concurso nacional de Cozinha Tradicional Portuguesa organizado pela QUALIFICA, contudo dado ao confinamento decretado pelo governo, na zona Norte em Outubro, não foi possível a participação.

Relativamente aos eventos de promoção do Capão de Freamunde durante o ano de 2020 os mesmos estiveram suspensos, contudo os produtores aderentes ao processo de certificação IGP continuaram

a produzir embora com maiores dificuldades dado que este ano parte da restauração esteve encerrada.

1.9.6.4 – Melão casca de carvalho

Durante o ano de 2020, dado a situação pandémica não foi possível a concretização de iniciativas e actividades promocionais do melão casca de carvalho.

1.10 – Dívidas dos associados

Em 31 de Dezembro de 2020, as dívidas das associadas ascendiam a 16.066,33 euros, distribuídas do seguinte modo:

Associados Públicos				Euros
MUNICÍPIO	**DESCRIÇÃO**	**ANO**	**VALOR**	**TOTAL**
Felgueiras	Encontros de Música das Terras do Sousa	2005	12.242,33	**13 066,33**
	RRVS - viagem à Borgonha	2007	824,00	
Total das dívidas dos associados públicos				**13 066,33**

Associados Privados		Euros
ASSOCIADO	**ANO**	**VALOR**
Associação de Desenvolvimento e Amigos da Terra de Carvalhosa	2019 | 2020	**240,00**
Adega Cooperativa de Lousada	2018 | 2019 | 2020	**480,00**
Associação de Empresas de Paredes	2020	**240,00**
Associação Empresarial de Felgueiras	2019 | 2020	**480,00**
Associação Empresarial de Paços de Ferreira	2019 | 2020	**480,00**
Associação de Desenvolvimento de Freamunde	2018 | 2019 | 2020	**360,00**
Cooperativa Agrícola de Paredes	2018 | 2019 | 2020	**720,00**
	Total das dívidas dos associados privados	**3 000,00**

A soma das dívidas correntes dos associados públicos e privados ascende a 37.071,00 euros, sendo que o remanescente, 21.004,67 euros, estão contabilizados como imparidades de dívidas a receber,

estando registadas em 2020 esse valor em imparidades acumuladas, conforme se evidencia adiante neste documento.

1.11 – Situação económica e financeira

A comparabilidade dos elementos contabilísticos nos diversos anos deverá ser efetuada com muito cuidado e com alguma relatividade. Pois, a cada ano, a situação económica e financeira da Associação depende, fundamentalmente, da execução material e financeira dos programas desse ano e, esses factos têm particular incidência nas demonstrações financeiras.

1.11.1 – Evolução da situação económica e financeira

Ao longo dos últimos vinte e quatro anos a Ader-Sousa participou em diversos programas, no fomento do desenvolvimento integrado do mundo rural, resultando nos últimos cinco anos do ponto de vista económico os seguintes factos:

Euros

Rubrica	2020	2019	2018	2017	2016
Vendas e serviços prestados	-	-	-	-	-
Subsídios à exploração	277 732,15	232 030,59	253 472,31	244 225,93	207 520,22
Fornecimentos e serviços externos	116 214,52	64 979,76	132 056,60	86 192,32	65 971,96
Gastos com o pessoal	167 252,05	177 964,46	167 376,03	170 644,84	163 517,44
Imparidades de dívidas a receber	777,08	1 320,00	480,00	-	23 172,04
Reversão de Imparidade		1 812,41	-	120,00	-
Outros rendimentos e ganhos	75 863,83	76 749,65	86 087,91	84 830,41	88 275,63
Outros gastos e perdas	31 440,30	16 932,15	24 419,65	30 110,53	15 493,23
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**17 912,03**	**49 396,28**	**15 227,94**	**42 228,65**	**27 641,18**
Depreciação e de amortização	8 590,51	8 049,29	13 110,20	14 466,58	17 526,37
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**9 321,52**	**41 346,99**	**2 117,74**	**27 762,07**	**10 114,81**
Juros e rendimentos similares obtidos	371,82	48,66	28,84	28,80	0,31
Juros e gastos similares suportados	-	-	21,41	-	19,31
Resultados antes de impostos	**9 693,34**	**41 395,65**	**2 125,17**	**27 790,87**	**10 095,81**
Imposto sobre rendimento do período	119,73	-	-	-	-
Resultado líquido do período	**9 573,61**	**41 395,65**	**2 125,17**	**27 790,87**	**10 095,81**

Da análise das contas de exploração da ADER-SOUSA constata-se que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) tem sido positivo ao longo dos anos.

Para este facto, contribuiu fundamentalmente a rubrica de subsídios à exploração e as quotizações pagas pelos associados, refletidas na rubrica de outros rendimentos.

Face aos meios financeiros da associação não existe necessidade de recorrer a financiamentos bancários, pelo que os custos de financiamento têm sido praticamente nulos, sendo que os valores residuais constantes na rúbrica de juros se referem à utilização do cartão de crédito bancário em deslocações ao estrangeiro.

Em termos de resultados líquidos dos períodos, estes têm sido francamente positivos ao longo dos anos, verificou-se no presente exercício uma continuação dos resultados positivos, implicando assim que, as reservas acumuladas contabilizadas, em 31/12/2020 são de 522.106,92 euros. Esta situação implica que nos últimos trinta anos de existência da associação, o resultado anual médio tenha sido superior a 26 mil euros.

No mapa quadro seguinte apresenta-se a evolução patrimonial e financeira da associação para o período de 2015 a 2019.

Euros

Rubrica	2020	2019	2018	2017	2016
ACTIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	22 731,40	24 057,15	31 390,89	44 501,09	57 843,31
	22 731,40	24 057,15	31 390,89	44 501,09	57 843,31
Ativo corrente					
Créditos a receber	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-
Associados	16 066,33	29 266,33	43 546,33	49 546,33	160 989,08
Outros ativos correntes	666 046,04	881 447,36	751 038,11	860 889,06	839 691,56
Diferimentos	1 872,92	794,71	1 199,77	267,65	1 721,39
Caixa e depósitos bancários	424 931,30	466 250,79	513 737,22	507 408,19	426 223,38
	1 108 916,59	1 377 759,19	1 309 521,43	1 418 111,23	1 428 625,41
TOTAL DO ACTIVO	**1 131 647,99**	**1 401 816,34**	**1 340 912,32**	**1 462 612,32**	**1 486 468,72**

Rubrica	2020	2019	2018	2017	2016
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
FUNDOS PRÓPRIOS					
Reservas	522 106,92	522 106,92	522 106,92	522 106,92	522 106,92
Resultados transitados	265 267,66	223 872,01	221 746,84	193 955,97	183 860,16
Outras variações nos fundos patrimoniais	18 515,23	23 797,27	30 944,64	43 868,64	57 654,05
Resultado liquido do periodo	9 573,61	41 395,65	2 125,17	27 790,87	10 095,81
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	**815 463,42**	**811 171,85**	**776 923,57**	**787 722,40**	**773 716,94**
PASSIVO					
Passivo corrente					
Fornecedores	36 340,88	18,98	166,58	18,98	307,50
Estado e outros entes públicos	5 208,82	4 708,68	4 058,08	4 269,94	4 723,55
Diferimentos	248 312,10	558 408,86	532 417,71	645 791,84	684 180,86
Outras Passivos Correntes	26 322,77	27 507,97	27 346,38	24 809,16	23 539,87
	316 184,57	590 644,49	563 988,75	674 889,92	712 751,78
TOTAL DO PASSIVO	**316 184,57**	**590 644,49**	**563 988,75**	**674 889,92**	**712 751,78**
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	**1 131 647,99**	**1 401 816,34**	**1 340 912,32**	**1 462 612,32**	**1 486 468,72**

Sabendo que o balanço reflete a situação financeira de uma entidade em determinado momento do tempo, afigura-se referir a posição financeira da Ader-Sousa em 31 de Dezembro de 2020:

- O total do ativo era de 1.131.647,99 euros, sendo de realçar o reduzido peso relativo dos ativos não correntes, que são constituídos por duas viaturas, equipamentos administrativos e informáticos;
- O ativo corrente é constituído por valores a receber e disponibilidades ou seja liquidez, cifrando-se em 1.108.916,59 euros. Neste valor estão incluídos meios financeiros de caixa e depósitos bancários no valor de 424.931,30 euros, acionistas/sócios no valor de 16.066,33 euros, diferimentos no valor de 1.872,92 euros, e também as outras contas a receber no valor de 666.046,04 euros, importa referir que no valor constante nesta última rúbrica estão incluídos os contratos de financiamento celebrados com os organismos PDR2020, Norte2020 e POISE.

No final do ano, o passivo da Ader-Sousa era de 316.115,67 euros, sendo que as principais responsabilidades eram as seguintes: a fornecedores de 36.340,88 euros, ao Estado e outros entes públicos 5.208,82 euros, Outros Passivos Correntes no valor de 26.322,77 euros e diferimentos em

248.312,10 euros, estes diferimentos são relativos aos rendimentos a reconhecer com os programas PDR2020, Norte2020 e POISE. As responsabilidades para com o Estado provêm de IRS retido, IVA e Segurança Social.

Do confronto dos ativos correntes com os passivos correntes constata-se um diferencial positivo de 792.800,92 euros, evidenciando que a Ader-Sousa dispõe de recursos que lhe permite gerir de modo prudente o seu futuro. Na senda do exposto, os fundos próprios são de 815.532,32 euros, fundamentalmente, em consequência dos resultados obtidos ao longo dos anos.

Da análise dos restantes indicadores económicos e financeiros, nomeadamente os rácios de rendibilidade, liquidez e solvabilidade têm sido francamente positivos, com particular destaque para o rácio de autonomia financeira no valor de 72%, no final do período de 2020.

Em conclusão poder-se-á concluir que a realidade económica e financeira da Ader-Sousa tem sido positiva, quer ao longo do período de abordagem, quer no final de 2020, assegurando uma boa liquidez.

1.11.2 – Comparação com o ano anterior

No período de 2020, a Associação obteve do ponto de vista económico os seguintes resultados:

- A totalidade dos rendimentos foram de 354.030,72 euros, enquanto no ano anterior tinham sido no valor de 310.641,31 euros, registando um aumento de 14%, face ao período anterior.
- Os gastos e perdas do período tiveram a mesma tendência dos rendimentos, ou seja, foram de 344.337,38 euros, enquanto no ano de 2019 tinha sido no valor de 269.245,66 euros, que corresponde um acréscimo de 28%. Desse montante destacam-se: os fornecimentos e serviços externos com 116.214,52 euros, os gastos com o pessoal com 187.252,05 euros, as depreciações com 8.590,51 euros e outros gastos com 31.440,30 euros.
- O valor do resultado líquido do período manteve-se positivo, reiterando a tendência verificada nos anos anteriores, sendo positivo de 9.573,61 euros, enquanto no ano anterior tinha sido positivo de 41.395,65 euros.

Do ponto de vista patrimonial e financeiro em comparação com o período de 2019 apresentou os seguintes elementos:

- O ativo atingiu o valor de 1.131.647,99 euros, enquanto no ano transato tinha sido de 1.401.816,34 euros, sendo inferior em 270.168,35 euros.
- No final do ano, o passivo da Ader-Sousa era de 316.115,67 euros, enquanto no ano anterior tinha sido de 590.644,49 euros, sendo que na conta de proveitos diferidos estão reconhecidos 248.312,10 euros, relativo a subvenções a receber dos programas comunitários.
- Os fundos próprios aumentaram em termos líquidos em 4.360,47 euros, o valor dos fundos próprios foi em 2020 de 815.532,32 euros, enquanto no ano transato foram de 811.171,85 euros.

1.12 – Aplicação do resultado líquido do exercício económico

Relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício, positivo, de 9.573,61 euros (nove mil, quinhentos e setenta e três euros e sessenta e um cêntimos), a Direção propõe que se mantenha na conta resultados transitados.

Felgueiras, 8 de Julho de 2021

A Direção

2) – BALANÇO E CONTAS

2.1 – Balanço

Euros

Rubrica	Notas	Datas	
		2020	2019
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5.1	22 731,40	24 057,15
		22 731,40	24 057,15
Ativo corrente:			
Créditos a receber		-	-
Estado e outros entes públicos		-	-
Associados	10.2	16 066,33	29 266,33
Outras ativos correntes	10.2	666 046,04	881 447,36
Diferimentos	10.3	1 872,92	794,71
Caixa e depósitos bancários	4.1	424 931,30	466 250,79
		1 108 916,59	1 377 759,19
TOTAL DO ATIVO		**1 131 647,99**	**1 401 816,34**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas	10.4	522 106,92	522 106,92
Resultados transitados	10.4	265 267,66	223 872,01
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	18 515,23	23 797,27
Resultado líquido do período	10.4	9 573,61	41 395,65
TOTAL FUNDOS PATRIMONIAIS		**815 463,42**	**811 171,85**
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	10.2	36 340,88	18,98
Estado e outros entes públicos	10.2	5 208,82	4 708,68
Diferimentos	10.3	248 312,10	558 408,86
Outros passivos correntes	10.2	26 322,77	27 507,97
		316 184,57	590 644,49
TOTAL DO PASSIVO		**316 184,57**	**590 644,49**
TOTAL FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO:		**1 131 647,99**	**1 401 816,34**

2.2 – Demonstração de resultados por natureza

Euros

RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS	Notas	Periodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	6	- €	- €
Subsídios à exploração	7	277 732,15 €	232 030,59 €
Fornecimentos e serviços externos	11.2	116 214,52 €	64 979,76 €
Gastos com o pessoal	11.3	187 252,05 €	177 964,46 €
Imparidades de dívidas a receber	11.1	777,08 €	1 320,00 €
Reversão de Imparidades	11.1	- €	1 812,41 €
Outros rendimentos	11.4	75 863,83 €	76 749,65 €
Outros gastos	11.5	31 440,30 €	16 932,15 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos :		**17 912,03 €**	**49 396,28 €**
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	5	8 590,51 €	8 049,29 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) ...:		**9 321,52 €**	**41 346,99 €**
Juros e rendimentos similares obtidos	11.6	371,82 €	48,66 €
Juros e gastos similares suportados		- €	- €
Resultados antes de impostos ...:		**9 693,34 €**	**41 395,65 €**
Imposto sobre rendimento do período	9	119,73 €	- €
Resultado líquido do período ...:		**9 573,61 €**	**41 395,65 €**

2.3 – Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2019

Euros

Descrição		Notas	Fundos Patrimoniais				Total do Capital Próprio
			Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01.01.2019	6		522 106,92	221 746,84	30 944,64	2 125,17	776 923,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				2 125,17	(7 147,37)	2 125,17	(7 147,37)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios		10.4					
	7			2 125,17	-7 147,37	2 125,17	(7 147,37)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					41 395,65	41 395,65
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					39 270,48	34 248,28
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
	10						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31.12.2019	11=6+7+8+10		522 106,92	223 872,01	23 797,27	41 395,65	811 171,85

Demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2020

Euros

Descrição		Notas	Fundos Patrimoniais				Total do Capital Próprio
			Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01.01.2020	4		522 106,92	223 872,81	23 797,27	41 395,65	811 171,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				41 395,65	(5 282,04)	41 395,65	(5 282,04)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios		10.4					
	7			41 395,65	-5 282,04	41 395,65	(5 282,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					9 642,51	9 642,51
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(31 753,14)	4 360,47
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
	10						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31.12.2020	11=4+7+8+10		522 106,92	265 267,66	18 515,23	9 642,51	815 532,32

2.4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		70 560,00	69 600,00
Recebimentos de subsídios		79 892,62	65 527,83
Pagamento a pessoal		187 252,05	152 224,89
Caixa gerada pelas operações		(196 584,67)	(148 152,52)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		**50,83**	**(136,75)**
Outros recebimentos/pagamentos		162 208,91	101 557,79
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		**(34 426,59)**	**(46 457,98)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		7 264,76	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Subsídios ao investimento			(1 077,11)
Juros e rendimentos similares		371,86	48,66
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(6 892,90)**	**(1 028,45)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos			
Realizações de fundos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**0,00**	**0,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(41 319,49)	(47 486,43)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	**466 250,79**	**513 737,22**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**424 931,30**	**466 250,79**

2.5 – Anexo às demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a moeda utilizada no ambiente económico em que a Associação opera.

A Direção é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da associação, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

No anexo apenas serão relatados os pontos que merecem comentários sobre a situação económica e financeira da Ader-Sousa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020e comparativamente com o período anterior.

1. Identificação da entidade

A Ader-Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com o número de identificação fiscal 503046337, fundada em 1991, que tem a sua sede social no Mosteiro de Pombeiro, da freguesia de Pombeiro, no concelho de Felgueiras.

Conforme o disposto no Artigo 5º dos Estatutos, a Associação tem por fins a promoção do desenvolvimento regional e local, tendente à melhoria das condições sociais, culturais e económicas das respetivas populações.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Politicas Contabilisticas

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilisticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. *Informação Comparativa*

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

c) Razão para a reclassificação.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Politicas de Reconhecimento e Mensuração

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 e após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método de base linear, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas para cada grupo de bens:

Tipo de Bem	Anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8
Outros ativos tangíveis	Entre 8 e 16

Deste modo, as depreciações foram calculadas com base nas taxas constantes no Decreto Regulamentar n.º 2/1990 de 12 de janeiro e no Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor liquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor liquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Instrumentos financeiros

b.1) Dívidas de clientes

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) ", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b.2) Dívidas de associadas

As dívidas de associadas são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de outros devedores (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação tem em consideração informação de mercado que demonstre que a associada está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b.3) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

b.4) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

c) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

d) Impostos sobre o rendimento do periodo

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem apenas o efeito dos impostos correntes. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das operações quando a entidade exerce uma atividade de natureza comercial, industrial e/ou de prestação de serviços.

e) Subsidios, doações e legados à exploração

Os subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios", independentemente da data do seu recebimento, no período a que dizem respeito. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados no balanço como "Outras variações nos fundos patrimoniais", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

f) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, a Direção da associação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.3. Juizos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às

circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Euros

		2019			2020		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	499,99		499,99	500,00		500,00
	Valor Total	**499,99**	**0,00**	**499,99**	**500,00**	**0,00**	**500,00**
Depósitos bancários	Ordem	513 237,23		513 237,23	74 278,80		74 278,80
	Prazo	0,00		0,00	350 152,50		350 152,50
	Valor Total	**513 237,23**	**0,00**	**513 237,23**	**424 431,30**	**0,00**	**424 431,30**
Total Meios Financeiros Líquidos		**513 737,22**	**0,00**	**513 737,22**	**424 931,30**	**0,00**	**424 931,30**

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada.

b) Método de depreciação usado

A associação amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De

acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do exercício são calculadas de acordo com o referido na nota 3.1a).

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Euros

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Totais
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas	33 517,50	2 324,70	35 427,20	137 370,25	12 851,95	221 491,60
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(11 731,13)	(813,65)	(34 996,51)	(134 868,68)	(7 690,74)	(190 100,71)
	Quantias líquidas escrituradas	**21 786,37**	**1 511,05**	**430,69**	**2 501,57**	**5 161,21**	**31 390,89**
Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas	33 517,50	2 324,70	35 427,20	137 370,25	12 851,95	221 491,60
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(15 082,88)	(1 046,12)	(34 996,51)	(137 370,25)	(9 045,12)	(197 434,45)
	Quantias líquidas escrituradas	**18 434,62**	**1 278,58**	**537,12**	**0,00**	**3 806,83**	**24 057,15**
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	33 517,50	2 324,70	35 427,20	145 350,56	12 851,95	229 471,91
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(18 434,63)	(1 384,84)	(34 996,51)	(141 525,03)	(10 399,50)	-206 740,51
	Quantias líquidas escrituradas	**15 082,87**	**939,86**	**430,69**	**3 825,53**	**2 452,45**	**22 731,40**

5.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

Euros

Rubrica	2019	2020
Edifícios e outras construções	3 351,75	3 351,75
Equipamento básico	232,47	338,72
Equipamento transporte	0,00	0,00
Equipamento administrativo	3 110,69	3 545,66
Outros ativos fixos tangíveis	1 354,38	1 354,38
Totais	**8 049,29**	**8 590,51**

5.3. Depreciação acumulado no final do período

Euros

Rubrica	2019				2020		
	Acumuladas em 01.01.2019	Reforços	Alienações	Acumuladas em 31.12.2019	Reforços	Alienações	Acumuladas em 31.12.2019
Edifícios e outras construções	**11 731,13**	3 351,75		**15 082,88**	3 351,75		**18 434,63**
Equipamento básico	**813,65**	232,47		**1 046,12**	338,72		**1 384,84**
Equipamento de transporte	**34 996,51**	0,00		**34 996,51**			**34 996,51**
Equipamento administrativo	**134 868,68**	3 110,69		**137 979,37**	3 545,66		**141 525,03**
Outros ativos fixos tangíveis	**7 690,74**	1 354,38		**9 045,12**	1 354,38		**10 399,50**
Totais	**190 100,71**	**8 049,29**		**198 150,00**	**8 590,51**		**206 740,51**

6. Réditos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A associação reconhece os réditos de acordo com o seguinte critério:

a) Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do Balanço.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Euros

	2019			2020		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.3. Repartição das prestações de serviços por mercados

Euros

Volume de negócios por mercado	2019			2020		
	Nacional	Comunitário	Extracomunitário	Nacional	Comunitário	Extracomunitário
Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Contabilização dos Subsidios, doações e legados à exploração

7.1. Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício.

Euros

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão	
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim
Não Reembolsáveis	Subsídios à exploração	Funcionamento e Animação 10.4.1	PDR 2020	Ministério da Agricultura	Desenvolvimento Rural	Monetária	27-08-2018	31-12-2020
		EMER-N	Norte 2020	Portugal 2020	Empreendedorismo em Meio Rural na Região Norte	Monetária	01-09-2018	31-08-2019
		Tâmega e Sousa Internacionaliza	Norte 2020	Portugal 2020	Internacionalização do Tâmega e Sousa	Monetária	01-06-2018	31-05-2019
		Grupos Operacionais | Vespa Velutina	Norte 2020	Ministério da Agricultura	Apicultura e Desenvolvimento Rural	Monetária	01-01-2018	30-04-2021
		POISE – FSE | HFA - 000036	Portugal 2020	Portugal 2020	HFA – Há Festa na Aldeia	Monetária	09-01-2017	31-12-2019
		HFA | Burgo	n/a	Município de Felgueiras	HFA – Há Festa na Aldeia do Burgo	Monetária	16-04-2018	Suspenso
		HFA | Figueira	n/a	Município de Penafiel	HFA – Há Festa na Aldeia da Figueira	Monetária	10-11-2018	Suspenso
		Funcionamento e Animação DLBC | 000017	Norte 2020	Portugal 2020	Custos com funcionamento no âmbito do DLBC	Monetária	01-05-2018	30-04-2021
		POISE – FSE | PCIS | 000221	Portugal 2020	Portugal 2020	Capacitação para o Investimento Social	Monetária	01-11-2017	31-12-2018
		RRN | 20.2.2 - 032992	PDR 2020	Ministério da Agricultura	Desenvolvimento Rural	Monetária	01-01-2017	28-12-2020
		RRN | 20.2.3 - 45648	PDR 2020	Ministério da Agricultura	Desenvolvimento Rural	Monetária	23-03-2018	21-02-2022
		PDR2020-20.2.4 - FEADER - 055332	PDR 2020	Ministério da Agricultura	Desenvolvimento Rural	Monetária	17-04-2019	10-10-2021
		PDR2020-20.2.4 - FEADER - 055351	PDR 2020	Ministério da Agricultura	Desenvolvimento Rural	Monetária	17-04-2019	10-10-2021
		Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE - FEDER 000096	Norte 2020	Portugal 2020	Estratégias Eficiência Coletiva	Monetária	01-10-2018	31-12-2023
		PDR2020-10.3 - FEADER - 053424	PDR 2020	Ministério da Agricultura	Desenvolvimento Rural	Monetária	21-12-2018	19-10-2022
		Estratégia de Eficiência Coletiva EEC PROVERE - FEDER 000095	Norte 2020	Portugal 2020	Estratégias Eficiência Coletiva	Monetária	03-06-2019	31-12-2020
		AFAVEL - PDR2020-2024-058090	PDR 2020	Ministério da Agricultura	Desenvolvimento Rural	Monetária	15-08-2019	19-12-2021

7.2. Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

Euros

Relação dos subsídios obtidos			2019			2020		
			Já recebidas	Por receber	Total	Já recebidas	Por receber	Total
Não Reembolsáveis	Subsídios à exploração	Funcionamento e Animação 10.4.1	493 988,06	320 481,86	814 469,92	528 020,10	286 449,82	814 469,92
		EMER-N	69 188,35	3 641,48	72 829,83	82 657,40	3 641,48	86 298,88
		Tâmega e Sousa Internacionaliza	27 996,13	90 250,46	118 246,59	114 547,17	3 699,42	118 246,59
		Grupos Operacionais | Vespa Velutina	4 548,20	12 338,58	16 886,78	7 708,22	9 178,56	16 886,78
		POISE – FSE | HFA - 000038		27 195,36	27 195,36		27 195,36	27 195,36
		HFA | Burgo			0,00			0,00
		HFA | Figueira			0,00			0,00
		Funcionamento e Animação DLBC2017	5 320,47	145 254,53	150 575,00	49 429,62	87 676,33	137 105,95
		POISE – FSE | PCIS | 000221	3 561,41	20 181,30	23 742,71	27 250,06	13 112,54	40 362,60
		RRN | 20.2.2 - 032992	1 644,78	4 082,05	5 726,83	3 350,25	2 376,58	5 726,83
		RRN | 20.2.3 - 45948		4 999,32	4 999,32	413,63	4 585,69	4 999,32
		PDR2020-20.2.4 - FEADER - 055332		16 074,06	16 074,06	1 520,60	14 553,46	16 074,06
		PDR2020-20.2.4 - FEADER - 056351		13 685,57	13 685,57	1 206,83	12 478,74	13 685,57
		Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE - FEDER 000096		60 000,00	60 000,00	14 420,10	45 579,90	60 000,00
		PDR2020-10.3 - FEADER - 053424		40 932,19	40 932,19		40 932,19	40 932,19
		Estratégia de Eficiência Coletiva EEC PROVERE - FEDER 000095		122 330,60	122 330,60	16 795,35	105 535,25	122 330,60
		AFAVEL - PDR2020-2024-058090			0,00	1 566,67	10 289,34	11 856,01
		Totais	**606 247,40**	**881 447,36**	**1 487 694,76**	**847 319,33**	**667 284,66**	**1 516 170,66**

8. Acontecimentos após a data do balanço

8.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção no dia 08 de julho de 2021. No entanto os associados poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

8.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não existem informações adicionais acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

8.3. Pandemia Covid-19

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, sendo que em 11 de março de 2020 foi declarada como pandémica pela Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia impactou de modo relevante a economia mundial e os mercados financeiros, pelo que se torna imprescindível considerar os impactos decorrentes da mesma.

A Covid-19 poderá vir a ter impacto direto e indireto nossos associados, fornecedores e colaboradores, no entanto, cumpre realçar que a atividade da Ader-Sousa tem-se mantido, e que os investimentos e programas de apoio que a associação estava envolvida não foram impactados no decorrer da pandemia. A atividade da Ader-Sousa foi assegurada através da adaptação dos trabalhadores ao regime de teletrabalho, numa fase inicial, e posteriormente mantendo equipas de trabalho em espelho, por forma a assegurar o distanciamento social e todas as medidas de segurança e de saúde pública.

9. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Direção entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras nos anos subsequentes.

9.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Euros

Quadro dos principais componentes de (gasto) / rendimento de impostos	Período 2019			Período 2020		
	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período:						
Imposto corrente	0,00	0,00	0,00	50,83	0,00	50,83
Imposto diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50,83**	**0,00**	**50,83**

9.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

Euros

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/ (rendimentos) de impostos		2019				2020			
		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado líquido do período		4 [illegible]					9 [illegible]		
Gastos/ (rendimentos) de impostos									
Resultado antes de impostos							9 [illegible]		
Ajustamentos para o lucro tributável									
Lucro/ (Prejuízo fiscal)		4 [illegible]					9 [illegible]		
Dedução de perdas fiscais							[illegible]		
Matéria coletável / coleta							[illegible]	2%	[illegible]
Tributação autónoma							[illegible]	[illegible]	[illegible]
Derrama							[illegible]	[illegible]	[illegible]
Imposto corrente					[illegible]		[illegible]		[illegible]

10. Instrumentos financeiros

10.1. Bases de mensuração

É política da associação reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de fundos próprios apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

10.2. Ativos e passivos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 2019 e em 2020 são detalhadas conforme se segue:

Euros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos e passivos financeiros		2019			2020		
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escriturada	Quantias brutas	Imparidades Acumuladas	Quantias escriturada
Ativos financeiros	Clientes			0,00			
	Estado e outros entes públicos			0,00			
	Associados	49 493,92	20 227,59	29 266,33	37 071,30	21 004,67	16 066,33
	Outros ativos correntes	881 447,36		881 447,36	666 046,04		666 046,04
	Diferimentos	794,71		794,71	1 872,92		1 872,92
	Disponibilidades	466 250,79		466 250,79	424 931,30		424 931,30
	Totais	**1 397 986,78**	**20 227,59**	**1 377 759,19**	**1 129 921,26**	**21 004,67**	**1 108 916,59**
Passivos financeiros	Fornecedores	18,98		18,98	36 340,86		36 340,86
	Estado e outros entes públicos	4 708,68		4 708,68	5 208,82		5 208,82
	Proveitos diferidos	558 408,86		558 408,86	249 312,10		249 312,10
	Outros passivos correntes	27 507,97		27 507,97	26 322,77		26 322,77
	Totais	**590 644,49**	**0,00**	**590 644,49**	**316 184,57**	**0,00**	**316 184,57**

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

Euros

Estado e outros entes públicos	2019		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas:				
Pagamentos por conta				
Retenção na fonte				
Estimativa de imposto				68,90
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		1 392,00		1 501,20
Imposto sobre o valor acrescentado				162,20
Contribuições para a segurança social		3 316,68		3 476,52
Totais	**0,00**	**4 708,68**	**0,00**	**5 208,82**

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" os seus saldos decompõem-se do seguinte modo:

Euros

Outras contas a receber/pagar		2019			2020		
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escriturada	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escriturada
Ativos	Subsídios	881 447,36		881 447,36	666 046,04		666 046,04
	Outros						
	Totais	**881 447,36**	**0,00**	**881 447,36**	**666 046,04**	**0,00**	**666 046,04**
Passivos	Remunerações a liquidar	25 739,57		25 739,57	25 739,57		25 739,57
	Outros acréscimos gastos	529,78		529,78	583,20		583,20
	Outros saldos credores	1 238,62		1238,62	1238,62		1 238,62
	Totais	**27 507,97**	**0,00**	**27 507,97**	**27 561,39**	**0,00**	**27 561,39**

10.3. Diferimentos

A rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Euros

Diferimentos	2019			2020		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Seguros a reconhecer						
Conservação e reparação						
Higiene e segurança no trabalho						
Outros	794,71		794,71	1872,92		1872,92
Totais	**794,71**	**0,00**	**794,71**	**1 872,92**	**0,00**	**1872,92**

A rubrica do passivo corrente "Diferimentos" nos periodos de 2019 e 2020 era a seguinte:

Euros

Diferimentos	2019			2020		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Proveitos diferidos	571 268,11		571 268,11	248 312,10		248 312,10
Totais	**571 268,11**	**0,00**	**571 268,11**	**248 312,10**	**0,00**	**248 312,10**

10.4. Instrumentos de Fundos Patrimoniais

No decurso do exercicio ocorreram os seguintes movimentos nas várias rubricas de Fundos Patrimoniais:

Euros

Fundos Patrimoniais	2019				2020		
	Inicial	Reforço	Diminuições	Final	Reforço	Diminuições	Final
Outras reservas	522 106,92			522 106,92			522 106,92
Resultados transitados	221 746,84	2 125,17		223 872,01	41 395,65		265 267,66
Outras variações nos fundos	30 944,64		7 147,37	23 797,27		5 282,04	18 515,23
Resultado liquido do periodo	2 125,17	41 395,65	2 125,17	41 395,65	9 573,61	41 395,65	9 573,61
Total dos Fundos Patrimoniais	**776 923,57**	**43 520,82**	**9 272,54**	**811 171,85**	**50 969,26**	**46 677,69**	**815 463,42**

11. Outras informações

11.1. Imparidades acumuladas de dividas a receber

No exercicio de 2016 foram, pela primeira vez, considerados como perdas por imparidade as dividas dos associados privados, que pela sua extensão temporal, geravam a expectativa de não recebimento da totalidade ou parte do saldo em divida, esse valor ascendia a 23.172,04 euros.

Durante o exercicio de 2020 foram efetuadas regularizações e acréscimos perfazendo 21.004,67€, esse valor foi registado em imparidades de dividas a receber acumuladas, sendo que os valores discriminados por associado são os seguintes:

Euros

ASSOCIADO	ANO	VALOR
Adega Cooperativa de Lousada	2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017	**3 440,00**
Associação Cultural e Musical de Lousada	2008 | 2014	**900,00**
Associação de Desenvolvimento de Freamunde	2016 | 2017	**240,00**
Associação de Desenvolvimento e Amigos da Terra de Carvalhosa	2017 | 2018	**240,00**
Associação Empresarial de Felgueiras	2016 | 2017 | 2018	**720,00**
Associação Empresarial de Paços de Ferreira	2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018	**4 320,00**
Associação Empresarial de Paredes *	2010 | 2011 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016	**2 840,00**
Associação Industrial de Lousada	2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018	**4 320,00**
Cooperativa Agrícola de Paredes	2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017	**3 984,67**
	Total das dívidas dos privados	**21 004,67**

*A Associação Empresarial de Paredes encontra-se em situação de insolvência. O crédito referido no quadro anterior referente a este associado foi já reclamado junto do Administrador de insolvência em 12 de abril de 2016.

Durante os períodos findos em 31.12.2019 e 31.12.2020, realizaram-se os seguintes movimentos nas rúbricas de imparidades acumuladas:

Euros

Perdas por Imparidade Acumuladas	2019				2020		
	Inicial	Reforço	Diminuições	Final	Reforço	Diminuições	Final
Associados Privados	23 532,04	1320,00	4624,45	20 227,59	777,08		21 004,67
Total das Perdas por Imparidade	**23 532,04**	**1320,00**		**20 227,59**	**777,08**	**0,00**	**21 004,67**

11.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 as rubricas de "Fornecimentos e serviços externos" apresentavam a seguinte composição:

Euros

Fornecimentos e serviços externos	2019	2020
Subcontratos		
Serviços especializados	32 583,76	104 635,51
Materiais	1 076,61	1 430,44
Energia e Fluidos	3 659,17	3 451,26
Deslocações, estadas e transportes	20 201,63	896,02
Serviços diversos	7 458,59	5 701,29
Totais fornecimentos e serviços externos	**64 979,76**	**116 214,52**

11.3. Gastos com pessoal

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 as rubricas de "Gastos com pessoal" apresentavam a seguinte composição:

Euros

Gastos com pessoal	2019	2020
Remunerações do pessoal	144 626,28	153 247,46
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	30 650,49	32 442,04
Seguro acidentes de trabalho	1 481,66	1 493,78
Outros gastos com o pessoal	1 206,03	68,77
Totais gastos com pessoal	**177 964,46**	**187 252,05**

O custo médio por trabalhador foi em 2020 de 26.750,29€ enquanto no ano anterior tinha sido de 25.423,49€.

11.4. Outros rendimentos

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 as rubricas de "Outros rendimentos" apresentavam a seguinte composição:

Euros

Outros rendimentos	2019	2020
Rendimentos suplementares	69 600,00	70 560,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	2,28	21,79
Outros rendimentos e ganhos	7 147,37	5 282,04
Totais outros rendimentos	**76 749,65**	**75 863,83**

11.5. Outros gastos

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 as rubricas de "Outros gastos" apresentavam a seguinte composição:

Euros

Outros gastos	2019	2020
Impostos	10 237,65	28 454,95
Outros gastos	6 694,50	2 985,35
Totais outros gastos	**16 932,15**	**31 440,30**

11.6. Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 as rubricas de "Juros, dividendos e outros rendimentos similares" apresentavam a seguinte composição:

Euros

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2019	2020
Juros obtidos	48,66	371,82
Totais juros, dividendos e outros rendimentos similares	**48,66**	**371,82**

11.7. Juros e gastos suportados

Em 31.12.2019 e em 31.12.2020 as rubricas de "Ganhos e Perdas de Financiamento" apresentavam a seguinte composição:

Euros

Ganhos e Perdas de Financiamento	2019	2020
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Totais ganhos e perdas e financiamento	**0,00**	**0,00**

12. Remunerações dos órgãos sociais

Durante o exercício económico os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Direção, Direção de Projetos e Conselho Fiscal) não auferiram qualquer remuneração, nomeadamente senhas de presença, ajudas de custos e compensação pela utilização da sua própria viatura.

Felgueiras, 8 de Julho de 2021

A Direção

A Contabilista Certificada